



PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA

AGENDA 2030

DA ONU:

SABERES E PRÁTICAS
INFOCOMUNICACIONAIS

ORGANIZADORES
ALBERTO CALIL ELIAS JUNIOR
NYSIA OLIVEIRA DE SÁ
MARIANNA ZATTAR

Abecin
EDITORA

PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA
AGENDA 2030 DA ONU:
saberes e práticas infocomunicacionais

Alberto Calil Elias Junior
Nysia Oliveira de Sá
Marianna Zattar
(Organizadores)

PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA
AGENDA 2030 DA ONU:
saberes e práticas infocomunicacionais

São Paulo
Abecin Editora
2026

©2026 by Alberto Calil Elias Junior, Nysia Oliveira de Sá e Marianna Zattar
(organizadores)

Direitos desta edição reservados à Abecin Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P467 Perspectivas críticas da Agenda 2030 da ONU : saberes e práticas infocomunicacionais / Alberto Calil Elias Junior, Nysia Oliveira de Sá, Marianna Zattar (organizadores). -- São Paulo : Abecin Editora, 2026.
159 p.

e-ISBN: 978-65-86228-15-1.

Inclui referências.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Agenda 2030. 2. Práticas infocomunicacionais. 3. Justiça social e inclusão informacional. I. Elias Junior, Alberto Calil, org. II. Sá, Nysia Oliveira de, org. III. Zattar, Marianna, org.

CDU: 338.92

CDD: 338.9

Ficha catalográfica: Valéria Martin Valls – CRB-8 5243/SP.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Editora-Executiva: Valéria Martin Valls (SP Leituras)

Alexandre Masson Maroldi (UFSCar)	Ivana Lins (UFBA)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	José Alimateia de Aquino Ramos (UFES)
Angélica Conceição Dias Miranda (FURG)	José Antonio Moreira González (UC3M)
Dayanne da Silva Prudêncio (Unirio)	Lais Pereira de Oliveira (UFG)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marcia Ivo Braz (UFPE)
Diego Andres Salcedo (UFPE)	Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Unesp)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Naira Christofolletti Silveira (Unirio)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Nancy Sánchez-Tarragó (UFRN)
Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli (FESPSP)	Paulina Szafran Maiche (UDELAR)
	Valdirene Pereira da Conceição (UFMA)

Normalização: Autores

Capa: Thammyris Garrido

Diagramação, Editoração e Revisão: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Abecin Editora. A Abecin Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora ou pareceristas *ad hoc*, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
-----------------------	----------

Naira Christofolletti Silveira

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

Alberto Calil Elias Junior, Nysia Oliveira de Sá e Marianna Zattar

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIAS DENTRO DE HISTÓRIAS: POEMAS E CONTOS DE CORA CORALINA	20
---	-----------

Keyla Rosa de Faria e Suely Henrique de Aquino Gomes

CAPÍTULO 2 – A IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 4 POR MEIO DA MEDIAÇÃO DA LEITURA INCLUSIVA NA BIBLIOTECA ESCOLAR	49
--	-----------

Ana Lucia Ferreira Gonçalves, Leni Rodrigues Perez Fulco e Tatyanne Christina Gonçalves Ferreira Valdez

CAPÍTULO 3 – METALETRAMENTO EM TRILHA DE APRENDIZAGEM AUTOINSTRUCIONAL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE O CURSO “ENSINO COM MÍDIAS DIGITAIS”	66
--	-----------

Marcio Gonçalves

**CAPÍTULO 4 – RECURSOS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E
ESTATÍSTICA OFICIAL BRASILEIRA NA AGENDA 2030 89**

Nadia Bernuci dos Santos

**CAPÍTULO 5 – O ACESSO A INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E
ESTATÍSTICAS PARA TOMADA DE DECISÃO E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL 114**

Gerlaine da Rocha Braga e Catarina Felix dos Santos Soares

**CAPÍTULO 6 – PRIMEIROS PASSOS RUMO A UMA
INDEXAÇÃO COM FOCO NO ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: INSPIRAÇÕES
E MOBILIZAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA FIOCRUZ .. 137**

Adriano da Silva e Patrícia Carvalho Mendes

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS 153

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS 158

PREFÁCIO

Naira Christofolletti Silveira

O prefácio, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2023, p. 5), é um “[...] texto de esclarecimento, justificção ou comentário, escrito por outra pessoa, também chamado de apresentação quando escrito pelo próprio autor”. Dito isso, este texto é um prefácio, pois não me configuro como autora desta obra.

Considero o meu papel de prefaciadora nesta coletânea muito honroso, pois tive o privilégio de ser a leitora preliminar da obra, antes mesmo de sua publicação. Com esse privilégio, também coube a mim a responsabilidade de esclarecer, justificar e comentar o rico conhecimento aqui registrado, como uma apresentação da obra em si. Mas não farei a apresentação dos textos propriamente ditos, pois isso está muito bem contemplado na apresentação, elaborada pelos organizadores.

Busco neste prefácio reconhecer o contexto que permeia a escrita e organização da obra, ao abordar esse tema tão relevante e atual que é a Agenda 2030. Busco também introduzir e dialogar com este tema e o papel do bibliotecário. Por fim, convidar para uma reflexão sobre nós mesmos e nossa relação com o outro, com outras nações e com a nossa profissão.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) abarca os 17 objetivos para transformar o nosso mundo, a saber:

- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e bem-estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de gênero;
- 6 - Água potável e saneamento;
- 7 - Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 - Redução das desigualdades;
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 - Consumo e produção responsáveis;
- 13 - Ação contra a mudança global do clima;
- 14 - Vida na água;
- 15 - Vida terrestre;
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 - Parcerias e meios de implementação. (Organização das Nações Unidas, 2015).

Ao ler a Agenda 2030 e os objetivos para se transformar o nosso mundo, observamos como eles são amplos e, de uma certa forma, presentes em nosso cotidiano. Cada objetivo apresenta uma série de metas a serem alcançadas, que ajudam e norteiam no direcionamento de ações e atividades. No fundo observamos um anseio e uma expectativa a ser alcançada em prol de uma vida melhor para todos.

Neste contexto, a Agenda 2030 e a Biblioteconomia juntas têm muito a contribuir para o melhor desenvolvimento humano, especialmente no Brasil. O contexto de elaboração desse livro envolveu desde o momento de grande turbulência

política, educacional e econômica. O auge desse contexto foi explicitado durante a pandemia. Destaco que muitas das pesquisas aqui publicizadas, foram desenvolvidas nesse contexto. Foram afetadas por reflexões múltiplas, num momento muito delicado. O livro, publicado em 2025, também teve o impacto da tragédia que afetou o Rio Grande do Sul.

Esse contexto é para frisar que uma pesquisa não está isolada de seu contexto, tão pouco tem dinâmica própria. Está envolta em um enredo que não se desenrola sozinho, faz parte e é parte. Os textos que compõem a coletânea são textos independentes, podem ser lidos na ordem que o leitor julgar mais conveniente, mas juntos, têm muito em comum e criam uma identidade própria.

Sobre o momento político vivido pelo Brasil, na época da escrita dos textos e desenvolvimento das pesquisas, parecia um momento de luta sem fim, agora temos esperança, luta com esperança. Sobre o educacional, é visível que ainda falta muito, mas têm-se esperança. Sobre o econômico, a concentração de renda e a pobreza afeta cada vez os mais pobres, mas também se há esperança. Sobre as questões ambientais, há muito por se fazer, façamos.

Os objetivos preconizados se cruzam em muitas ações, pessoais e profissionais, deixam a expectativa de um mundo melhor e nos convidam a transformar o nosso mundo.

É nessa perspectiva que esta coletânea se enquadra. Em meio ao cenário incerto dos últimos anos, no Brasil e no Mundo, a Biblioteconomia está presente como uma possibilidade de resistência e construção de um mundo

melhor. Em 2017 escrevi um editorial para uma revista, que repito aqui:

Embora íngreme e tortuoso, o caminho continua. Os obstáculos são ultrapassados na companhia de pessoas dedicadas, integradas e responsáveis [...] A publicação, considerada para muitos como a finalização e a comunicação dos resultados de uma pesquisa, aqui se revela como o começo de um novo ciclo de inspiração, motivação e valorização da universidade e do seu papel na sociedade (Silveira, 2017, p. 6).

Esse trecho citado acima, em especial, me veio à mente pois, uma coletânea, escrita em um momento tão delicado como foi o momento político vivido pelo Brasil, a pandemia, culminando com a tragédia do Rio Grande do Sul, não estaria publicada hoje se não fosse a dedicação de todos os envolvidos. Pessoas dedicadas não publicam para aumentar seus índices, elas acreditam na capacidade de transformar o mundo a partir de conhecimento acumulado e reescrito por muitas mãos.

Nesse contexto, as nossas ações individuais refletem nas ações coletivas. O compromisso social não está alheio às nossas atividades profissionais. Impossível separar a vida privada da pública, só podemos doar aquilo que possuímos, mesmo com nossas imperfeições. O bibliotecário é um agente social, que permeia muitos, ou todos, os objetivos da Agenda 2030, portanto nos cabe essa responsabilidade.

Como exemplo, como catalogadora que sou, me pergunto: como podemos atender os objetivos da ONU se em nossos catálogos adotamos termos pejorativos, termos

inadequados e que não representam a nossa sociedade? Como ainda priorizamos termos e pontos de acesso nos quais as pessoas não se reconhecem?

O envolvimento com os objetivos da ONU deve ser global e local, comunidades e pessoas devem se debruçar e entender seu papel no mundo, como indivíduos e como coletividade. Como bibliotecários e bibliotecárias temos que permitir que as diferentes identidades estejam em nossos acervos, em nossos catálogos e em nossas atividades culturais, científicas e técnicas.

Esta coletânea nos ajuda a refletir sobre o nosso papel na biblioteca e também o nosso papel no mundo. Por isso, deixo aqui meus sinceros agradecimentos pela oportunidade em escrever esse prefácio. Aos leitores, desejo uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação**: livros e folhetos: apresentação: NBR 6029. [São Paulo]: ABNT, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVEIRA, N. C. A extensão universitária na Agenda 2030 da ONU. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 05-07, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.unirio.br/raizeserumos/issue/download/249/43>. Acesso em: 29 jun. 2024.

APRESENTAÇÃO

Alberto Calil Elias Junior

Nysia Oliveira de Sá

Marianna Zattar

No ano de 2015 os Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assumiram um compromisso com um plano de ação global voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento dos diferentes desafios planetários. Para tanto, foi desenvolvida a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) cuja proposta centra-se na diminuição das desigualdades entre os diferentes países, bem como na melhora da qualidade de vida em todo o globo (Organização das Nações Unidas, 2015).

Desde sua formação a ONU age como *lócus* de iniciativas voltadas para “[...] preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra [...] e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem” (Organização das Nações Unidas, 1945). Ações, cujo lastro encontram-se nas lutas pelos direitos humanos, através da sistematização de pautas para o debate público e, por conseguinte, na tecelagem de estratégias para incidir politicamente sobre os diversos países membros. Combate à fome e à desnutrição infantil, luta pelo acesso à água, auxílio a refugiados de conflitos e do clima, acesso à educação e à leitura, direitos das minorias, justiça climática, são apenas algumas das inúmeras pautas abarcadas pelas ações da ONU e de suas agências e que foram, de algum modo, reunidas na Agenda 2030, em meio aos debates e à

publicização da emergência climática que já tem afetado de diversas maneiras a vida no planeta.

A proposta da Agenda 2030 da ONU é enfrentar diferentes desafios para o desenvolvimento do planeta de maneira global. Contudo, a perspectiva “global” traz à tona a necessidade de reflexão sobre o que é adequado para todos(as) ou para cada um. Quais são as vozes e saberes que são efetivamente escutadas? Há lugar para a diversidade? Como se constituem relações entre o local e o global? Ademais, há que considerar as resistências, muitas vezes veladas, à adoção efetiva, por cada um dos países membros, de iniciativas como a Agenda 2030 da ONU, na medida em que estas vão de encontro ao modo de vida hegemônico, baseado na exclusão e na manutenção das desigualdades entre o norte e o sul global. Neste contexto, a valorização e a escuta dos diálogos entre as experiências locais e tais propostas aponta possibilidades de ação e de transformação nos contextos de crise, em que parcelas das populações são excluídas do acesso à direitos básicos, como o direito à alimentação, à leitura, à educação, à informação, dentre outros

Do mesmo modo acontece com as bibliotecas, suas práticas e com a produção e os usos das fontes de informação pelos sujeitos na contemporaneidade, quando observada a perspectiva discursiva e contextual da informação. Em contextos marcados por desigualdades distributivas, as condições de acesso à informação e à leitura nos territórios reproduzem e reforçam os processos de exclusão em curso

Assim, no campo de estudos da informação, apresenta-se um livro que dialoga com as atividades relacionadas aos

saberes e fazeres biblioteconômicos e às fontes de informação, assumindo-se a informação e as práticas informacionais, como produto de condições históricas concretas e, conseqüentemente, como construção social. Deste modo, considera-se as condições locais e globais, bem como as relações e atravessamentos decorrentes dos atuais processos de globalização, como por exemplo os efeitos das tecnologias de informação e de comunicação contemporâneas, no que concerne à produção e ao uso das fontes de informação.

De modo a contextualizar a produção deste livro e, portanto, da informação aqui construída, indica-se a crise sanitária mundial de combate ao COVID-19, que além de ceifar muitas vidas recrudescer as abissais diferenças entre países do centro e países da periferia com a perda de empregos e a ampliação do número de pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Além de outras questões como a crise climática e a sindemia, cujas conseqüências impactam diferentes regiões do planeta produzindo e reproduzindo desigualdades, racismo, violência contra a mulher etc. Ressalta-se a urgência de trazer tais questões para a agenda pública, mesmo que muitas delas sejam colocadas à margem ou no passado.

Diante deste cenário e somando-se aos esforços de instituições e organizações, tais como *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab), apresenta-se a proposta desta publicação, de abertura de diálogos com um conjunto de práticas informacionais contemporâneas, que tem como lócus

tanto as bibliotecas e distintos espaços de produção e circulação de informação, e que de algum modo, buscam problematizar e propor soluções para as crises da atualidade.

Assim, busca-se trazer ao público leitor uma obra que coloque uma lente de aumento na realidade material concreta das ações das pessoas bibliotecárias, de bibliotecas e de unidades de informação que em seu cotidiano estão na linha de frente do enfrentamento a muitas das questões mencionadas na Agenda 2030 da ONU, para o combate às múltiplas crises contemporâneas. Dada a multiplicidade das urgências arroladas pelos 17 ODS da Agenda, a dimensão dos desafios postos se complexifica, diante da correlação de forças que se coloca na disputa pelos sentidos de cada um dos ODS. Não se pode aceitar um discurso fácil, com soluções que se enquadram na racionalidade neoliberal, sem abordar a necessidade de mudanças estruturais e que ignoram os saberes e as experiências locais, apagando as vozes das comunidades. Mais do que trazer respostas prontas para alguns desses desafios, reúne-se nesta coletânea, experiências práticas do cotidiano de bibliotecas e de pessoas bibliotecárias e profissionais da informação e da comunicação, na busca por alternativas coletivas para os enfrentamentos acima apontados.

Os trabalhos reunidos nesta coletânea exploram diversas temáticas que historicamente associam-se às bibliotecas e que, ao mesmo tempo, atravessam alguns dos ODS da Agenda 2030 da ONU, tais como o ODS 4 – Educação de Qualidade – e o ODS 5 – Igualdade de gênero. Em um país marcado pela exclusão, o anúncio da adesão à Agenda 2030 não basta. Há

que se oferecer as condições estruturais para o acesso aos direitos básicos e a construção do pensamento crítico. É no interior deste debate que esta coletânea se situa. Propõe-se colocar algumas lentes nas práticas biblioteconômicas e informacionais, com vistas a apontar diálogos entre as propostas da Agenda 2030 da ONU e o acesso justo e solidário às fontes de informação, na luta por justiça social.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a riqueza dos textos dessa coletânea tem por base a diversidade das abordagens teóricas, conceitos e perspectivas que se revelam na forma da escrita e na estrutura como são apresentados em cada um dos capítulos.

No capítulo que abre este livro, intitulado “História dentro de histórias: poemas e contos de Cora Coralina”, Keyla Rosa de Faria e Suely Henrique de Aquino Gomes nos convidam a refletir sobre a importância do acesso às fontes de informação e da mediação da leitura literária nas estratégias de combate à pobreza e, particularmente, na garantia do direito à leitura como parte da inclusão de pessoas com deficiência, a partir do relato da experiência de implementação da “oficina literária Cora Coralina” pela Biblioteca da Associação Down de Goiás, voltada para o atendimento de pessoas com Síndrome de Down e de seus familiares.

Mediação da leitura literária e inclusão também são temas do capítulo de responsabilidade de Ana Lucia Ferreira Gonçalves, de Leni Rodriguez Perez Fulco e de Tatyane Christina Gonçalves Ferreira Valdez. Em “A implementação do ODS 4 por meio da mediação da leitura inclusiva na biblioteca escolar”, as autoras promovem uma reflexão sobre a

relevância da mediação da leitura literária na formação de leitores e sobre o compromisso da biblioteca escolar com a inserção no cotidiano escolar de uma cultura da inclusão. A partir do relato de atividades de mediação de leitura literária realizadas pela Biblioteca do Colégio Aplicação da UFRJ durante a Semana da Biblioteca, reflete-se sobre o papel da biblioteca escolar e das(os) bibliotecárias(os) na inclusão de discentes portadores de deficiências, instadas pelo atendimento a Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior.

Ainda, no atendimento às metas do ODS 4 da pavimentação de condições para garantir a qualidade nas práticas educacionais, aponta-se a necessidade de formação de educadores e educadoras quanto às novas tecnologias da informação e da comunicação. Assim, no terceiro capítulo desta obra, Marcio Gonçalves, introduz o debate sobre a importância dos saberes a respeito das mídias digitais para profissionais de educação. “Metaletramento em trilhas de aprendizagem autoinstrucional: apontamentos e reflexões sobre o curso ‘ensino com mídias digitais’” discute, a partir da experiência de “[...] aplicação empírica de uma trilha de aprendizagem sobre ensino com mídias digitais”, discute o letramento digital e o metaletramento na perspectiva das práticas pedagógicas contemporâneas, em contextos de intensificação do uso das plataformas de mídias digitais como fonte de informação.

Nadia Bernuci dos Santos, no capítulo intitulado “Recursos de informação geográfica e estatística oficial

brasileira na Agenda 2030”, conduz o olhar do leitor sobre os processos de produção de fontes de informação estatísticas e de fontes de informação geográficas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição responsável pelas estatísticas e referências geográficas oficiais do país. A autora destaca a relevância do IBGE, como canal formal de informação, na produção de informações que atendam aos cumprimentos dos ODS, em um contexto em que os canais informais de informação, inclusive informações estatísticas e informações geográficas, ganham cada vez mais espaço entre a população com as plataformas de mídias sociais.

O IBGE é tema também do capítulo escrito por Gerlaine da Rocha Braga e por Catarina Félix dos Santos Soares. No texto intitulado “O acesso a informações geográficas e estatísticas para tomada de decisão e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” as autoras destacam a importância das atividades desenvolvidas pela Biblioteca Isaac Kerstenetzky do IBGE, no âmbito das atividades de escolha dos metadados que representam os documentos que fazem parte do catálogo da biblioteca, na garantia do acesso aos indicadores para o alcance da Agenda 2030 da ONU no país.

O livro aqui apresentado busca contribuir para os debates, cada vez mais necessários, sobre a urgência do engajamento das bibliotecas e dos sujeitos que orbitam em seu entorno – pessoas bibliotecárias, profissionais que atuam em bibliotecas, leitores, gestores públicos – na adoção de ações que busquem a reflexão e a adesão às práticas cujo foco central sejam a mudança de postura quanto às relações com o planeta e com os seus recursos; ações que visem o respeito, a

preservação e a solidariedade. Nesta perspectiva, em “Primeiros passos rumo a uma indexação com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidade: inspirações e mobilização da rede de bibliotecas da Fiocruz”, Adriano da Silva e Patrícia Carvalho Mendes, no capítulo que encerra esta obra, tratam das atividades desenvolvidas pela Rede de Bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no âmbito da representação temática de documentos, com vistas a garantir a equidade nos termos empregados nos vocabulários controlados, que buscam representar grupos minoritários e vulneráveis, em se tratando das questões de gênero e sexualidade.

Nesta perspectiva, o objetivo deste livro é apresentar experiências, iniciativas, ações de pessoas bibliotecárias, docentes e demais profissionais de informação, em diferentes contextos e regiões, tendo como ponto de partida os ODS, de modo a estimular a participação de outros(as) profissionais em um efeito multiplicador, a reflexão sobre a atuação como agentes sociais para contribuir para mudança sociais, econômicas e políticas do nosso país. Buscou-se também aproximar os debates realizados no âmbito da Academia com o cotidiano de bibliotecas e unidades de informação que estão na lida com muitos destes coletivos e grupos sociais. Destacam-se também, nesta proposta, os debates e as reflexões sobre as “fontes de informação” e suas apropriações no cotidiano das práticas informacionais em diferentes contextos e comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **G1 – Jornal Nacional**, [s. l.], 06 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIAS DENTRO DE HISTÓRIAS: POEMAS E CONTOS DE CORA CORALINA

Keyla Rosa de Faria

Suely Henrique de Aquino Gomes

1 INTRODUÇÃO

Democratizar o acesso à informação permeia dimensões que não se pautam somente nas questões técnicas do tratamento da informação. Ao permitir o acesso a todas as pessoas, os profissionais da informação têm que refletir sobre os aspectos sociais, culturais e econômicos, os quais fazem parte da humanidade.

A Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas Brasil, 2015) busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global, e é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente o Objetivo 16, busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global, e é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente no Objetivo 16

(Paz, Justiça e Instituições Eficazes), foi estruturada a Oficina Cora Coralina¹, a qual promoveu situações de vivências literárias envolvendo aspectos da infância, família e culinária contidos nos escritos de Cora Coralina. Os métodos utilizados foram a contação de histórias, roda de conversas, encenação das histórias contadas, no uso das fontes contidas nos poemas e contos da poetisa, tais como: “Os Meninos Verdes”, “O Prato Azul-Pombinho” e “As Cocadas”.

Essa forma de acesso à fonte de informação teve por objetivo propiciar situações de vivências literárias que envolveram aspectos da infância, família e culinária nos escritos de Cora Coralina. Assim, se assegura a garantia de acesso à literatura como parte do processo de socialização e o direito à cidadania das pessoas com deficiência, a partir da história oral, das poesias e dos contos expressos nos livros da autora em questão, além de incentivar a apropriação da literatura como processo formativo, e estimular a imaginação e criatividade.

Na Biblioteconomia, as informações que visam satisfazer às necessidades dos usuários são consideradas fonte

¹ Cora Coralina é o pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto (1889-1985). Nasceu na cidade de Goiás, antiga Villa Boa de Goyaz, filha de desembargador nomeado por D. Pedro II. Tornou-se um dos marcos da literatura brasileira. Sua produção literária teve início aos 14 anos com o conto “Tragédia na Roça”, publicado no Anuário Histórico e Geográfico do Estado de Goiás de 1910 (Universidade Federal de São Paulo, 2014). Casou-se com o advogado Cantídio Tolentino de Figueiredo Brêtas e teve seis filhos. Viveu longe de Goiás por 45 anos. Ao ficar viúva, retornou a Goiás onde iniciou uma nova atividade, a de doceira. Além de fazer doces, Aninha, como era carinhosamente chamada, escreveu a maioria de seus versos nas horas vagas ou entre panelas e fogão.

de informação, e essa pode ser caracterizada como fonte de informação tradicional, utilitária e alternativa. Ao compreender a aplicabilidade de cada um desses conceitos dentro da área da Ciência da Informação, que se abordou a fonte de informação alternativa como norteadora no processo de disseminação da informação na Oficina de Leitura Cora Coralina.

Quando se desenvolve ações, produtos e serviços para o público da biblioteca é preciso perceber as nuances desses usuários, para isso que, “[...] os estudos de usuários são uma investigação que objetiva identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais e/ou potenciais de um sistema de informação” (Dias; Pires, 2004, p. 10). De acordo com Costa (2016, p. 68) os estudos de usuários se caracterizam pelo “[...] conjunto de conhecimentos, ou disciplina, pertencente à área da Ciência da Informação para compreender, por meio de investigações, e detectar o que o usuário necessita em matéria de informação, buscando interação entre usuário e informação, ampliando e interferindo na sua produção”. E por fim, Araújo (2012) sintetiza a importância dos estudos de usuários ao dizer que esses devem se pautar no que se refere ao físico, cognitivo e social.

Esses conceitos nos auxiliam a compreender a relevância de se ter proximidade com o público para qual a biblioteca desenvolve suas atividades. Ao pensar nisso, a Biblioteca da Associação Down de Goiás (AsDown-GO) tem dialogado com os usuários, uma vez que, os serviços elaborados e disponibilizados nesta biblioteca são para

atender pessoas com deficiência intelectual, logo, os aspectos cognitivos necessitam ser observados. É notório que não se verifique somente este ponto, mas ele é crucial, já que o público-alvo possui limitações cognitivas.

A partir disso, se justifica o uso da fonte de informação utilitária e alternativa. Apesar desse tipo de fonte não ser tão usual nas bibliotecas brasileiras elas foram escolhidas por estabelecer um ponto de reflexão ao pensar no ambiente da biblioteca comunitária como local de pessoas que possuem dificuldades de acessar, de ler e compreender as informações, de uma parcela ser analfabeta, da falta de acesso à internet, já que a condição socioeconômica não permite ter celular e mesmo pagar por plano de internet no aparelho.

Assim, a história oral e os meios de compartilhar informação oralizada constituem ferramentas relevantes para o êxito de se formar cidadãos competentes informacionalmente. Daí é relevante pensar em ambiente acolhedor, com quadro funcional qualificado, no intuito de desenvolver a escuta afetiva, e a partir desta escuta promover o acesso à informação de acordo com as necessidades e limitações das leitoras e dos leitores que usufruem da biblioteca.

2 FONTE ALTERNATIVA DA INFORMAÇÃO: A CRIATIVIDADE COMO FERRAMENTA DE ACESSO

A palavra fonte pode nos direcionar a significados diferentes, a depender do contexto que esteja empregado o seu uso. De acordo com Ferreira (2008) ao pensar de forma

geral, amplificada, fonte simboliza a origem, a causa de algo; ou pode se referir aos mananciais de águas; ou os lados da cabeça, na qual se tem a região temporal; ou a fonte que fornece energia aos equipamentos eletrônicos; ou documentos, e pessoas, dos quais se obtém informação.

Percebe-se que há uma diversidade no uso deste termo. Leiam o poema de Cora Coralina “Aninha e suas pedras”.

Aninha e suas pedras

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.
Esta **fonte** é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.

(Coralina, 1997, p. 139, grifo nosso).

Cora está se referindo a qual fonte? As fontes da vida, os exemplos da vivência, ou a fonte de água – quando diz para os “sedentos”, imagina-se que alguém está com sede – ou será informacional? O uso deste exemplo é apenas para refletir sobre a importância conceitual e a delimitação do termo. O poema nos deixa livres para viajar de acordo com o impacto da leitura e a fruição em cada leitor/leitora. Porém, quando Cora diz “para uso de todos os sedentos”, é possível interpretar que

a fonte mencionada se refere às informações que o escritor ou escritora deixa registrado às gerações futuras por meio da escrita.

O sedento neste contexto é a sede por informações, por conhecimento, a pessoa curiosa que gosta de aprender. Vale salientar que no contexto que a autora viveu, ou melhor, na sua geração, a busca pelo conhecimento se dava por meio de material impresso nos livros, nos catálogos, manuais, enciclopédias, e a história oral, que também pode ser considerada uma forma de perpetuar a informação de geração em geração. “As pessoas também são fontes de informação”, ao afirmar isso Bernadete Campello ressalta que as pessoas possuem conhecimentos adquiridos ao longo da sua existência, os quais são repassados de forma oralizada (Campello, 2018, p. 15).

A informação está presente no dia a dia das pessoas, desde a mais simples até a mais complexa, a exemplo da primeira – o número de telefone da drogaria, ou do posto de saúde da região – e no que se refere às complexas pode se relacionar ao artigo científico com linguagens científicas das áreas do conhecimento.

De acordo com Alves e Santos (2018, p. 40) as fontes de informação

[...] são um instrumento de transferência da informação, que tem sua base na Bibliografia e sua evolução [...], desde o século II antes de Cristo, até que começa a desenvolver-se como método repertorial no século XVI, quando o livro é o procedimento de transmissão do saber.

O livro, como afirmam Alves e Santos (2018), foi um dos métodos na transmissão do saber, porém, o acesso a esse objeto dentro do contexto brasileiro do século XVI a meados do século XX esteve restrito às elites. Por essas dificuldades os indivíduos naquela época se utilizavam do compartilhamento de informações na forma oralizada. Daí o “[...] conceito de informação utilitária incorpora, portanto, a dimensão da oralidade, que influirá, conseqüentemente, na escolha das fontes a serem usadas” (Campello, 1998, p. 35).

Neste ponto tem-se o primeiro conceito do serviço de referência, o qual sofreu influência dos serviços disponibilizados nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Tinha por foco principal o atendimento das pessoas de baixa renda, por isso se utilizou a nomenclatura de utilitária agregada à informação, e tem por finalidade resolver uma necessidade prática e pontual do usuário.

As fontes de informação podem ser compreendidas atualmente como tradicionais e digitais, a primeira era acessada somente na forma manual e/ou presencial composto por material impresso bibliográfico, documental, ou peça de museu, enquanto a segunda amplifica os meios de acesso a essa informação e permite ao usuário mobilidade na busca e recuperação. Devido à evolução da informação escrita, esta se transformou “[...] numa indústria potente, fundamentalmente devido ao avanço das TIC, que influíram na elaboração, publicação, distribuição e consulta das fontes de informação, através de suportes óticos, sistemas automatizados e redes de comunicação” (Alves; Santos, 2018, p. 40).

As fontes de informação podem ser divididas em três

categorias: primária, secundária e terciária. A primária se caracteriza pela origem da informação, onde é concebida, a publicação original, tais como: teses, dissertações, periódico científico, trabalhos apresentados em congressos científicos, Anais de congresso, normas técnicas, história oral, entrevista, entre outros. A fonte secundária é aquela que contém e facilita o acesso à fonte primária, tais como: bases de dados, dicionários e enciclopédias, bibliografias, índices, manuais, banco de dados, catálogos etc. Por último, a fonte terciária encaminha o usuário às fontes de informação primária e secundária, e podem ser encontradas em: mecanismos de buscas – Google, Bing, Yahoo – bibliotecas, centro de informação, resumo, indexação, diretórios, entre outros.

Os profissionais necessitam conhecer o ambiente no qual desenvolvem suas atividades, pois somente assim, auxiliará os usuários na sua busca, recuperação e uso da informação, e esta é considerada a matéria-prima da sua profissão. Diante disso, Campello (2018, p. 18-19) diz que as

“[...] diferentes atribuições do bibliotecário exigem o conhecimento de distintos aspectos das fontes de informação: a) na seleção e aquisição do acervo [...]; b) no trabalho de referência; [...] c) no desenvolvimento da competência em informação dos usuários [...]”.

Cada um desses itens exige deste profissional estudo, planejamento, estratégias para a implementação dos serviços prestados e ferramentas de avaliação nas tomadas de decisões na organização estrutural dos serviços prestados pela biblioteca. E, somente depois de averiguar esses pontos pode-se afirmar que os serviços disponibilizados para acesso às

fontes de informação têm sido eficazes aos usuários.

A bibliotecária e o bibliotecário são educadores informacionais e, de acordo com Dias e Pires (2004, p. 3-4), “[...] O papel do educador fica mais evidente na medida em que o bibliotecário esteja capacitado na utilização das fontes e tenha habilidades e competências para expressar em linguagem, simplificada e compreensível, conceitos complexos que demandam linguagens especializadas”. Para, além disso, o profissional deve se preparar para “[...] indicar e utilizar fontes em seus vários formatos, suportes e funções, e adequadas aos problemas que se apresentam”.

O que irá distinguir um profissional do outro é a sua busca por formação continuada, com vista a aprimorar o seu conhecimento e se qualificar para os novos desafios, já que o livro é apenas um dos tipos de materiais. Atualmente as bibliotecas têm inovado nos formatos disponibilizados ao público, tais como: imagens, iconografia, áudio, vídeo, jornal impresso e digital. Neste capítulo a discussão gira em torno da fonte de informação que visa suprir a necessidade informacional de pessoas com deficiência intelectual – Síndrome de Down (SD). Desta forma, a bibliotecária e o bibliotecário precisam de um olhar e uma escuta sensível, para compreender a real necessidade na busca de informação por essas pessoas. Provavelmente as fontes tradicionais não conseguem suprir as expectativas desses usuários. Para isso, têm-se as fontes alternativas da informação, que se assemelham com o conceito de fonte utilitária.

Três os motivos que fazem as bibliotecárias e os bibliotecários pensarem sobre abandonar as fontes

tradicionais e utilizar as fontes alternativas, esses motivos são:

O custo das fontes tradicionais, que as colocam fora dos orçamentos de muitas bibliotecas; em segundo, uma **linguagem muitas vezes inacessível ao usuário**; e, finalmente, a própria inexistência de fontes convencionais que cubram determinado assunto”, isso pode ocorrer, “seja por sua atualidade, seja por outro motivo qualquer (Campello; Andrade, 1988, p. 175, grifo nosso).

Quando se trabalha com pessoas com SD a linguagem é algo essencial, já que grande parte dessas pessoas não é alfabetizada e possuem dificuldade de se expressar oralmente. Como ocorre com qualquer tipo de serviço prestado à comunidade, a fonte de informação emerge a partir de uma demanda, ou seja, uma necessidade informacional e isso vai se modificar de usuário para usuário. Essa diversidade que há com relação à fonte de informação é alterada devido à tipologia da biblioteca, na qual este usuário em potencial está inserido.

A partir dessas características peculiares do público, as “[...] pessoas podem constituir fontes valiosas, e a biblioteca pode valer-se delas para obter informações históricas e outras que não estejam registradas em suportes formais” (Campello, 2018, p. 15). Esse tipo de fonte denominada alternativa contribui para que as pessoas com síndrome de Down acessem informações sem barreiras, já que a comunicação verbal, a história oral possui acessibilidade na sua execução, assim, o ciclo se fecha e o usuário consegue usufruir do acesso à informação.

A sociedade contemporânea vive um caos informacional com o acúmulo de informações. E diante disso o profissional da informação enfrenta dificuldades para atender as necessidades dos usuários, principalmente se este possui algum tipo de deficiência. E novamente pode-se aplicar o poema de Cora Coralina, pois a bibliotecária e o bibliotecário precisarão estar atentos para saciar a sede informacional desses usuários, independente das suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais.

3 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA INCLUSIVA

Qual o conceito, a função social, educacional e cultural na comunidade que está instalada uma biblioteca comunitária? Quais os benefícios desta unidade de informação, quem são os gestores e as gestoras, como são mantidas, de onde vêm os recursos financeiros e humanos, de que forma acontece a formação de acervo, e as aquisições de livros e materiais para a biblioteca? Essas e outras questões permeiam a discussão no presente tópico.

Quando se ouve o termo comunidade, logo nos vem à mente um grupo de pessoas que convivem em determinado local, e, possivelmente, comungam hábitos, crenças e cultura. O rompimento das fronteiras geográficas abriu as portas para o multiculturalismo e isso ampliou o conceito de comunidade, onde as pessoas participam de movimentos urbanos com interesses em comum. Todavia,

[...] as ideias de comunidade ou do comunitarismo tornam-se ainda mais importantes num momento em que a figura do

Estado cada vez menos consegue dar conta das demandas tão diversas geradas pela sociedade em um mundo globalizado. (Lazzari; Mazzarino; Turatti, 2016, p. 1).

As comunidades não se constituem somente no meio físico, em bairros e associações, mas agora com o advento das tecnologias, surgiram as comunidades virtuais, e as pessoas com afinidades se encontram para compartilhar conhecimento, dicas e/ou apenas relatar sobre seu cotidiano com “amigos virtuais”. Esses interesses podem ser de ordem social, cultural ou educacional. Neste contexto, a comunidade assume a responsabilidade que seria do Estado, já que o governo, não consegue atender a todas as demandas primárias da sociedade plural e informada. Sendo assim, as bibliotecas comunitárias

[...] emergem da necessidade detectada pelas pessoas, que convivem em determinadas localidades, com dificuldades de acesso aos direitos sociais e buscam, por meio dessa iniciativa, transformar a realidade e ampliar a visão crítica de mundo daqueles indivíduos (Brasil, 2021, p. 15).

O sentimento de pertencimento ao espaço contribui para seu uso. A comunidade se sente parte do ambiente, por isso as transformações advindas fluem de forma natural. As vantagens e liberdades que a biblioteca produz por meio da leitura e da informação trazem aos

[...] indivíduos a partir do acesso ao conhecimento oferecido pelas bibliotecas, seja em forma de ação cultural, pela mediação de leitura ou por simplesmente disponibilizar um

espaço para a discussão de temas comunitários, [tais como] oficinas, empréstimo de livros, busca por informação utilitária, entre outros, a presença desses espaços também contribui para o desenvolvimento local de suas comunidades (Alves, 2020, p. 15).

A Biblioteca da AsDown-GO, na cidade de Goiânia, nasceu do projeto de mestrado da Bibliotecária Keyla de Faria, que é associada à AsDown-GO desde 2004, devido a sua sobrinha ser pessoa com síndrome de Down. A AsDown-GO é mantida por pais e responsáveis das pessoas com SD, e por empresários que se sensibilizam com a causa. Atualmente atende aproximadamente setecentas famílias.

Entende-se que a biblioteca tem seu valor significativo neste espaço, pois permite o discurso inclusivo, e se utiliza da mídia e da cultura, como meio de promover um ambiente favorável à comunicação educativa, bem como o acesso ao lazer e à cultura. Caracteriza-se por biblioteca comunitária, porque surge do sonho da presidente da Associação, em ter no espaço uma biblioteca, e as mães confirmam esse desejo de ter um local que promova ações culturais e de leitura para seus filhos e filhas. Sendo assim, é algo pensado e estruturado pela comunidade, para a comunidade, uma vez que a bibliotecária faz parte da associação há mais de quinze anos.

Desde sua fundação, a AsDown-GO busca atingir seus objetivos com o intuito de suprir algumas necessidades básicas, como esporte, cultura e lazer, uma vez que a maioria dessas famílias se defronta cotidianamente com uma realidade que contribui para fortalecer os conflitos, estigmas e preconceitos. As pessoas com deficiência (PcD) durante

milhares de anos viviam aprisionadas por sua condição física, sensorial ou intelectual. E a condição de exclusão ocorria tanto na sociedade externa, como no próprio seio familiar.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015) – no Art. 2º considera-se pessoa com deficiência “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Segundo o Ministério da Saúde nasce no Brasil uma criança SD a cada 600 e 800 nascimentos, e isso independe de raça, gênero ou classe social (Brasil, 2013, p. 9).

A pessoa com síndrome de Down está dentro do grupo das deficiências intelectuais, e se constitui como acidente genético no cromossomo 21, por isso, na literatura científica é conhecida como Trissomia do Cromossomo 21 (T21). O ser humano possui na sua célula 23 pares de cromossomos, porém, a pessoa com síndrome de Down tem um cromossomo a mais no par 21, ou seja, ao invés de dois cromossomos ele possui três. Essa disfunção no cromossomo 21 compromete o desenvolvimento de uma série de componentes na máquina humana. Uma dessas alterações é no cognitivo, ou seja, o processo de aprendizagem acontece em um tempo diferente.

Possuem a capacidade de aprender de forma mais lenta e não há possibilidade de determinar o tempo de alfabetização, ou de início da leitura, já que cada indivíduo possui sua particularidade advinda da sua vivência social e

cultural. Outro fator que compromete a comunicação dessas pessoas é a hipotonia muscular na língua, o órgão fica pesado o que causa desconforto ao comunicar.

Foi por meio de muitas lutas que conquistaram o acesso à educação inclusiva, e o direito a desfrutar da cultura, do esporte, do lazer e do turismo em igualdade de oportunidade, isso no que tange a área da educação, cultura e lazer, mas em todos os âmbitos da vida social há garantia de inclusão – comunicação e informação, saúde, habitação, trabalho, assistência social, transporte, entre tantos outros. Sendo assim, para que uma biblioteca seja inclusiva e acessível ela precisa se “[...] preparar para atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais, educacionais e culturais” (Fortalecimento..., 2016, p. 25). No caso deste capítulo o que se pretende é refletir sobre a biblioteca comunitária inclusiva para pessoas com síndrome de Down.

Diante disso, percebe-se que a mediação nos serviços disponibilizados na biblioteca é de suma relevância. Os profissionais da informação precisam estar com o olhar e a escuta sensível, somente assim, conseguirão atender às necessidades informacionais deste público. Tendo em vista esses preceitos a biblioteca elaborou a oficina literária Cora Coralina, como forma de democratizar o acesso e a apropriação da literatura. Conhecer a história da poetisa faz os leitores e leitoras se apropriarem das fontes de informação, das histórias e a partir disso podem ressignificar os sentidos que possuem na vida de cada um e cada uma.

A proposta de uso das fontes de informações segue: 1)

a biografia de Cora Coralina, escrita por Vicência Brêtas Tahan (2002); 2) O que teria nas trouxas de Maria? – escrita por Diane Valdez (2008); 3) as produções de autoria de Cora Coralina (1997, 2007a, 2007b, 2011) – Os meninos verdes; 4) O prato azul-pombinho; 5) As cocadas; 6) Vintém de cobre. Na estrutura do projeto foram idealizados momentos simultâneos na oficina, mas em espaços geográficos e tipo de leituras diferentes, com mães e filhos/filhas. A exposição aqui se volta somente às ações e atividades realizadas com as pessoas com SD. Este projeto teve a colaboração de outra área do conhecimento – estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás – com o intuito de se utilizar a literatura e desenvolver a temática principal deste capítulo que trata das histórias dentro das histórias, conforme o título.

O projeto foi executado inicialmente uma vez na semana, em tempo previsto de uma hora de atividades sendo: Contação de histórias; Rodas de conversa; Impressões e autoavaliação da equipe em colaboração com os jovens, as crianças e os adultos, de modo a pensar melhorias nos próximos encontros. A oralidade foi a principal fonte de informação.

A proposta abordou temas como família – suas histórias, os valores, a culinária – as fases da vida: infância, juventude e adulta – e suas peculiaridades; a vida em sociedade, que elaboram valores e ações que permeiam os assuntos anteriores e a relação do indivíduo – e suas particularidades: o “Eu” e os outros, aventuras, e as dificuldades – nos meios em que estão inseridos. Foram realizadas rodas de conversa e de leitura, contação e

encenação das histórias contadas a partir dos grupos, artes e cultura, e por fim a viagem à cidade de Goiás após os trabalhos sobre Cora tornar-se mais efetivos e conhecidos nos grupos.

Após as primeiras rodas de conversa foram inseridos poemas e contos de Cora, como: Os Meninos Verdes, O Prato azul pombinho e As Cocadas, sob os temas família, infância e culinária. É importante ressaltar que os temas escolhidos, sob a perspectiva dos poemas, as poesias e os contos, envolvem os laços familiares, as brincadeiras das crianças e a culinária propriamente dita, para isso foi necessário conhecer a realidade das crianças, jovens e adultos, para trabalhar de forma leve, didática e com o propósito das experiências tornarem-se efetivas.

3 RESULTADOS

A oficina literária Cora Coralina, organizada pela Biblioteca da AsDown, durante os meses de setembro e outubro de 2019, teve por foco principal a interação da literatura escrita por Cora Coralina e as crianças e jovens com SD. Incentivar a prática da leitura é uma das missões destinadas às bibliotecas, porém, ao dar acesso a essa fonte de informação é preciso observar as limitações cognitivas, e preparar meios para que o material seja acessado e utilizado de forma eficaz pelo leitor e leitora.

As ações da oficina foram ministradas na sede da AsDown de Goiás e para encerrar as atividades foi proposto uma viagem à cidade de Goiás, onde se visitou alguns equipamentos culturais e monumentos históricos. Essa ação

teve por objetivo integrar os participantes da oficina com o que foi lido e trabalhado na oficina, ou seja, o mundo imaginário de Cora Coralina, personificado nos objetos expostos no Museu Casa Cora Coralina, a própria cidade onde viveu, sonhou e inseriu os detalhes geográficos e culturais no formato de contos e poemas.

Na ministração da oficina utilizou-se a fonte de informação utilitária – história oral, por meio da contação de história e roda de conversa; a visita aos Museus (Cora Coralina e Arte Sacra da Boa Morte); os monumentos históricos na cidade (estátua de Cora Coralina sentada na ponte do Rio Vermelho; e Praça do Coreto). Esse momento foi essencial para transmitir as informações contidas nos contos e poemas trabalhados com as crianças e jovens com SD. Outros monumentos não foram visitados devido à condição física dos participantes da oficina que estavam cansados de andar pela cidade. Todas as informações sobre as exposições e os lugares visitados foram explicadas oralmente, e para verificar se haviam compreendido foi solicitado que relatassem a sua vivência daquele momento, assim, era possível analisar o grau de apreensão da informação que foi compartilhada.

A visita ao museu Cora Coralina na cidade de Goiás permitiu vislumbrar pessoalmente cada detalhe que a autora relatou nos seus livros, os quais foram dinamizados na oficina. Quando chegou ao cômodo que estava exposto o “Prato Azul Pombinho”, no outro o fogão a lenha, onde eram cozidas as cocadas, e ao acessarem o quintal lembraram-se do jardineiro que cuidava das plantas do jardim e que jogou os meninos verdes no rio.

Foram momentos de interação e muitas falas sobrepostas, pois estavam afoitos e não conseguiam esperar a vez da sua fala. Ao exporem suas memórias da oficina de leitura construíram suas próprias narrativas diante da materialidade do espaço físico exposto nos livros. Aqui, percebe-se a relevância das fontes de informação disponibilizadas de acordo com a necessidade e a funcionalidade dos usuários que a utilizam.

A mediação realizada pela bibliotecária contribuiu, para que os participantes da oficina se tornem competentes informacionalmente, uma vez que, este processo inicial no uso das fontes alternativas propicia meios facilitadores às pessoas com SD, no que se refere à busca, uso e disseminação da informação. Foram feitos alguns registros fotográficos durante a execução da oficina e da viagem à cidade de Goiás.

Figura 1 – Roda de conversa²



Fonte: Acervo pessoal de Keyla de Faria (2019).

Na Figura 1 os jovens SD relatam sobre o que leram na roda de conversas, e são estimulados a explicar com detalhes

² Biblioteca da AsDown, Oficina Literária Cora Coralina em 2019.

quais as fontes que acessaram e sua compreensão do texto, o que lhe chamou mais atenção. Neste dia teve por objetivo estreitar os laços na promoção da leitura em família, ou seja, o momento de ler não se prende na oficina, mas é algo contínuo e deve ser alimentado em casa como rotina. Isso pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e funcional das crianças e jovens com SD que participaram da oficina.

Essa interação revelou aspectos positivos com relação à exposição dos textos lidos. Uma das exigências era que antes de iniciar os relatos individuais deveriam citar o título do livro, autoria, e o qual o impacto da leitura. Na primeira semana foi algo novo, e tiveram dificuldades em relatar os tópicos na ordem, mas a partir da semana seguinte algum dos participantes ao iniciar a fala já dizia os itens questionados, e se porventura esquecia-se de algum item, o grupo lembrava, logo informava a descrição. Isso demonstra que é possível trabalhar com a busca, recuperação e uso da informação com as pessoas com síndrome de Down. Os processos são diferenciados devido ao estímulo que deve ser realizado, mas o uso contínuo os faz ter competência informacional para buscar informação, dentro das suas necessidades.

Cada um e cada uma dentro das suas habilidades artísticas desenvolveram seus projetos, a partir de pontos isolados da narrativa do texto. Percebe-se que o verde está presente em alguns desenhos. Outro quis representar somente os personagens, ou seja, os meninos. Noutra imagem é possível ver rabiscos nas cores, marrom, verde e azul, e isso nos leva a interpretar que ele representou o jardim, a terra das plantas e o azul possivelmente é o rio, onde os meninos verdes

foram jogados por ser diferentes. As meninas fizeram seus desenhos tendo por base a estrutura da casa, a sua fonte referencial foi o espaço geográfico onde aconteceram os fatos, ou seja, a casa de Cora Coralina.

Ao chegar à cidade de Goiás, o primeiro lugar a ser visitado foi a estátua de Cora, onde todas e todos se sentaram ao lado dela e registraram o momento. Ali foi revisada toda a biografia da autora, explicou-se novamente quem era essa pessoa sentada, o porquê de ela estar neste lugar, enfim, o máximo de detalhes e informações foi repassado. Nota-se que mais uma vez a fonte de informação alternativa, com o uso da história oral prevalece como forma de permitir o acesso ao conhecimento dentro das limitações cognitivas dessas pessoas.

Figura 2 – Estátua em homenagem a escritora Cora Coralina³



Fonte: Acervo pessoal de Keyla de Faria (2019).

A biblioteca por ser esse espaço democrático precisa realizar ações inclusivas, principalmente se este desenvolve

³ Passeio à Cidade de Goiás promovido pela Biblioteca da AsDown. Ponte sobre o Rio Vermelho em 2019.

trabalhos para as PcD. Ao atravessar a ponte, o grupo se dirigiu ao Museu de Arte Sacra da Boa Morte. O museólogo fez a visita técnica e explicou o contexto histórico das imagens.

Ir ao museu foi algo novo e as crianças e jovens com SD ficaram surpresas com as imagens. Após ouvirem as explicações técnicas do profissional que atua no museu foi questionado ao grupo a respeito das imagens em exposição – o que você sabe sobre essas imagens e esculturas que estão em exposição, aqui no museu? – ficaram sem resposta por um tempo e depois explicaram dentro daquilo que possuem como informação, a partir da cultura que cada um e cada uma estão inseridos. Mas logo disseram, é “Jesus”, outros souberam dizer o nome da Santa que estava na imagem, enfim, souberam delimitar que os símbolos e gravuras expostos naquele museu pertencem a uma religião, explicaram quem é Jesus, que as pessoas fazem ao ir à igreja. Todas essas informações causam impacto na vida dessas pessoas, porque é uma maneira de acessar a História cultural, no uso da fonte de informação exposta em um equipamento cultural que é o Museu.

Essas interlocuções entre os espaços da biblioteca e o museu auxiliam no processo formativo das crianças e jovens com e sem deficiência, mas para as PcD a materialidade exibida no segundo espaço colabora para a compreensão, uma vez que, a subjetividade é algo complexo, quanto mais objetiva a explicação maiores as chances de absorverem a informação. O passeio revelou um mundo de novidades e informações para os participantes da oficina literária, porém, ainda faltava um lugar que não tinha sido explorado e alguns questionaram sobre “Os meninos verdes”, e perguntaram: “eles ainda estão

no rio?”. Tal questionamento nos deixou intrigadas, e não estava previsto no roteiro ir ao Rio Vermelho, mas como as informações recebidas por meio da leitura pulsavam na imaginação deles e delas, a curiosidade em ter a certeza de que “Os meninos verdes” conseguiram escapar era maior. Assim, o grupo seguiu rumo ao Rio Vermelho.

Figura 3 – Rio Vermelho⁴



Fonte: Acervo pessoal de Keyla de Faria (2019).

Veja na Figura 3 as imagens deste momento que se tornou mágico para as mães que acompanharam, e para as pessoas com SD. Dentro do rio foi possível ouvir em diversos momentos comentários sobre o livro, e os estudantes de pedagogia recontando a história dos “Meninos verdes”. Ao visualizar a paisagem e toda a beleza expressa na natureza os jovens pularam no Rio sem tirar a roupa, ninguém havia levado roupa de banho, mas como alguns nunca tinham visitado um rio, e ao ver toda aquela paisagem ficaram impactados e a liberdade os impeliram a pular no rio.

Encerrar as atividades da oficina com um banho no Rio Vermelho nos fez perceber o quanto a literatura influencia o

⁴ Passeio à cidade de Goiás promovido pela Biblioteca da AsDown em 2019.

indivíduo. Lembrar-se do contexto da história contada nas oficinas semanais e com essas memórias construir a sua própria história, e ter em si uma fonte de informação, mesmo porque, ainda hoje, quando vão à biblioteca na AsDown, esses jovens solicitam outro passeio como o que tiveram na cidade de Goiás em 2019, antes de acontecer a tragédia da COVID-19 que aprisionou e exterminou milhões de pessoas.

Os resultados se pautam na garantia do acesso à literatura como parte do processo de socialização e apropriação do direito à cidadania das pessoas com deficiência, a partir das histórias, poesias e dos contos. Os jovens com síndrome de Down puderam se expressar ao contar suas histórias a partir das histórias contadas, outros fizeram seus relatos por meio dos desenhos e encenações que criaram.

5 CONCLUSÃO

Nas bibliotecas, principalmente as que trabalham para se tornar inclusivas, há a necessidade de se estudar e planejar antes de estruturar os produtos e serviços, para que eles sejam adequados às PcD, portanto, nem sempre isso é respeitado. Na Biblioteca da AsDown as atividades visam incluir as pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, e busca se atualizar, principalmente com relação à eliminação das barreiras atitudinais. Essa é uma das barreiras mais difíceis de ser eliminada, uma vez que, não depende da compra de equipamentos de Tecnologia Assistiva, nem da reforma na estrutura arquitetônica, nem da reserva de espaços prioritários, mas unicamente da mudança de comportamento

peçoal com referência a PcD. Por depender da mudança individual, ela se torna a mais difícil, já que a mudança de pensamento nem sempre acontece, e o preconceito prevalece.

A fonte de informação utilitária e alternativa são ferramentas importantes no acesso e uso da informação por parte desses usuários com deficiência intelectual, que possuem mais facilidade com a oralidade. Por terem limitações cognitivas, os profissionais da informação necessitam desenvolver meios eficazes, e a oralidade permite fortalecer vínculos, além da sensação de pertencimento, ou seja, o ambiente acolhe o leitor e a leitora por intermédio da afetividade, nisso a bibliotecária e o bibliotecário podem estabelecer uma série de ações.

Por se sentirem parte do ambiente, participarão, e os frutos dessa mudança de comportamento no atendimento da biblioteca é o despertar para a prática de leitura e a construção de usuários com competência informacional, já que estão sendo estimulados a buscar, usar e disseminar informações.

Conclui-se que, o ambiente da biblioteca deve ser acolhedor, com quadro funcional qualificado, com o intuito de desenvolver uma escuta afetiva, e a partir desta escuta promover o acesso à informação de acordo com as necessidades e limitações das leitoras e dos leitores que usufruem da biblioteca.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. M. M.; SANTOS, B. A. Fontes e recursos de informação tradicionais e digitais: propostas internacionais de classificação. **Biblios**, Pittsburgh, n. 72, p. 35-50, jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2018.459>. Disponível em:

http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302018000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2022.

ALVES, M. S. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1252>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/%20view/9896>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down.**

Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Tipos de bibliotecas**. Brasília, DF: SNBP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAMPELLO, B. S. **Fontes de informação I**. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/00152007052021Aula_01.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

CAMPELLO, B. S. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 35-46, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77780>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CAMPELLO; B. S.; ANDRADE, M. E. A. Fontes de informação para bibliotecas públicas e comunitárias brasileiras: proposta para seu estudo nos cursos de biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 173-185, set. 1988. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71539>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CORALINA, C. **As cocadas**. São Paulo: Global, 2007a.

CORALINA, C. **O prato azul-pombinho**. São Paulo: Global, 2011.

CORALINA, C. **Os meninos verdes**. São Paulo: Global, 2007b.

CORALINA, C. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 6. ed. São Paulo: Global, 1997.

CORALINA, C. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 6. ed. São Paulo: Global, 1997.

COSTA, M. F. O. **Estudos de usuários da informação**: ensino e aprendizagem no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FARIA, K. R. de. **Acervo pessoal de fotografias da oficina literária Cora Coralina, Cidade de Goiás**. 2019.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais Diferença, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

LAZZARI, A.; MAZZARINO, J. M.; TURATTI, L. Comunidade: a busca de um conceito. **Revista Espacios**, [Caracas], v. 38, n. 3, p. 1-6, 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n03/17380304.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>.

Acesso em: 16 ago. 2022.

TAHAN, V. B. **Cora coragem, cora poesia**. 4. ed. São Paulo: Global, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Biblioteca da EFLCH. **Anuário Histórico e Geográfico do Estado de Goiás**: perfil da semana – Cora Coralina. São Paulo: UNIFESP, 2014. Disponível em: <https://bibliotecaeflch.wordpress.com/tag/anuario-historico-e-geografico-do-estado-de-goias/>. Acesso em: mar. 2022.

VALDEZ, D. **O que teria na trouxa de Maria?** Goiânia: Cãnone, 2008.

CAPÍTULO 2

A IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 4 POR MEIO DA MEDIAÇÃO DA LEITURA INCLUSIVA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Ana Lucia Ferreira Gonçalves

Leni Rodrigues Perez Fulco

Tatyanne Christina Gonçalves Ferreira Valdez

1 INTRODUÇÃO

Nas bibliotecas escolares as necessidades informacionais estão relacionadas à formação educacional, artística, cultural e tecnológica dos leitores. Para esta consolidação, a Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ) se preocupa com a oferta de produtos e serviços que atendam às demandas da comunidade acadêmica. Deste modo, as ações da biblioteca consistem em promover o incentivo à leitura e difundir o acervo literário para toda a comunidade do CAp/UFRJ através de múltiplas atividades inclusivas que ocorrem durante o evento Semana da Biblioteca. Em relação à inclusão e acessibilidade, em uma biblioteca escolar, cabe destacar que o ano de 2015 foi marcado pela criação da Agenda 2030 (ONU), apresentando as ações globais através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ tem consciência da

implementação desses objetivos e por conta disso, partiu da premissa que o ODS 4 é o que norteia o nosso trabalho, por estar relacionado à educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Em 2017, o colégio passou a receber alunos com deficiência, em função da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016), que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior. Desde então, foi uma preocupação da equipe da biblioteca, atender esses discentes por meio de ações inclusivas e acessíveis de modo que esse grupo se sinta representado.

A leitura é considerada um instrumento social e democrático, que possibilita aos indivíduos a comunicação e a exposição de ideias. Castro Filho (2012, p. 27) defende a importância da prática da leitura por meio de ações mediadoras.

A leitura exige mediações e adesões, pois é por intermédio dela que a sociedade reproduz conhecimento e informação, e mais, com ela, os leitores podem duvidar do que parece evidente, podem investigar outras possibilidades de compreensão do mundo, podem atribuir sentidos diferentes a partir de suas vivências. No que se refere às ações mediadoras no contexto escolar, a biblioteca é o campo ideal para o desenvolvimento de habilidades informacionais por meio de atividades que envolvem a leitura, a escrita e o uso de recursos tecnológicos. (Castro Filho, 2012, p. 27).

No que se refere às ações mediadoras no contexto escolar, a biblioteca é o espaço ideal para o desenvolvimento

de habilidades informacionais por meio de atividades que envolvem a leitura, a escrita e o uso de recursos tecnológicos. Além disso, atualmente, é indispensável pensar em ações mediadoras inclusivas e acessíveis visando à conscientização de temas que abordam respeito às diferenças, deficiências e transtornos. O objetivo desse trabalho é evidenciar as atividades de mediação da leitura inclusiva que foram realizadas durante o evento supracitado e ressaltar a relevância da implementação do ODS 4.

A metodologia utilizada neste trabalho aplica um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de biblioteca escolar, mediação da leitura, inclusão e ODS. A característica da pesquisa bibliográfica é que

[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos [...] (Marconi; Lakatos, 2017, p. 200).

Esse trabalho também faz uma análise por meio do método de pesquisa-ação que, conforme Thiollent (1988, p. 14),

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em relação à aplicação dessa metodologia, foi possível verificar na prática que as ações de mediação da leitura

possibilitam a inclusão e o desdobramento de ideias e reflexões sobre autismo e respeito às diferenças.

Deste modo, como instrumento de coleta de dados, emprega a observação participante que

[...] consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste (Marconi; Lakatos, 2017, p. 211).

A observação participante favorece uma maior aproximação entre bibliotecários, docentes e discentes. Desta forma, após as apresentações são realizadas dinâmicas por meio de diálogos e exercícios lúdico-pedagógicos, que permitem aos alunos fixarem o conteúdo e emitirem opiniões, contribuindo na construção de significados. Utiliza a produção de relatórios para registrar as impressões dos discentes e apreciação dos docentes sobre as atividades desenvolvidas. Essas ferramentas possibilitam analisar as práticas por meio de uma perspectiva atenta, buscando o aprimoramento e a avaliação qualitativa das ações realizadas com os discentes.

2 ODS 4 E A BIBLIOTECA ESCOLAR

A Agenda 2030, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável através de um conjunto de medidas elaboradas para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente, garantir uma vida pacífica e próspera economicamente para as pessoas. Assim sendo, um conjunto

de 17 ODS, com 169 metas que fazem parte da Agenda 2030, foram traçados no âmbito mundial, para ser um guia de ações para a sociedade civil, empresas e governos.

Cabe destacar os 17 ODS: 1. erradicação da pobreza; 2. fome zero e agricultura sustentável; 3. saúde e bem-estar; 4. educação de qualidade; 5. igualdade de gênero; 6. água e saneamento; 7. energias renováveis; 8. trabalho digno e crescimento econômico; 9. Inovação e infraestruturas; 10. reduzir desigualdades; 11. cidades e comunidades sustentáveis; 12. produção e consumo sustentáveis; 13. combater as alterações climáticas; 14. oceanos, mares e recursos marinhos; 15. ecossistemas terrestres e biodiversidade; 16. paz e justiça; 17. parcerias para o desenvolvimento.

No que se refere aos ODS, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) elaborou um documento que contribui para as bibliotecas implementarem a Agenda 2030 da ONU. Esse se resume em cinco vertentes relevantes:

1. **Compreender** o processo da Agenda 2030 da ONU e o trabalho de *advocacy* da IFLA;
 2. **Compreender** como a Agenda 2030 da ONU será implementada a nível nacional;
 3. **Organizar** encontros com decisores políticos para demonstrar a contribuição que as bibliotecas e o acesso à informação proporcionam para o desenvolvimento nacional e em todos os ODS;
 4. **Monitorizar a Agenda 2030** da ONU e a implementação dos ODS;
 5. **Informar** os utilizadores da biblioteca sobre os ODS.
- (International Federation of Library

Association and Institutions, 2015).

No que concerne a implementação de um ODS, é importante destacar o Manifesto IFLA para biblioteca escolar (International Federation of Library Association and Institutions, 1999) que dispõe:

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

Desta maneira, é possível entender que os ODS estão intrinsecamente ligados às ações de mediação que são desenvolvidas em uma biblioteca escolar, pois se trata de um espaço que propicia o diálogo de temas diversos que contribuem no processo de ensino-aprendizagem, formando leitores críticos e empáticos. Castro Filho (2012) enfatiza que por intermédio da leitura, a sociedade obtém informação e conhecimento, e por isso é necessário a realização de mediações na biblioteca escolar.

Neste sentido, a escolha do ODS 4 é essencial para agregar valor às ações em torno do livro e da leitura na biblioteca escolar, pois ressalta uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de estimular a aprendizagem ao longo da vida (Organização das Nações Unidas, 2015). Conforme Castro Filho (2018, p. 361), o ODS 4:

É um dos objetivos básicos da biblioteca escolar, cuja missão é fornecer informações vitais (no sentido de importantes à vida) para a sociedade

que, atualmente, estrutura-se sobre os pilares do conhecimento e da informação.

Incluir em nossas ações as metas do ODS 4 é possibilitar um espaço informacional inclusivo e acessível através das atividades de mediação da leitura.

3 A SEMANA DA BIBLIOTECA E A MEDIAÇÃO DA LEITURA INCLUSIVA E ACESSÍVEL

A Semana da Biblioteca é um evento realizado pela Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ) que acontece anualmente e que tem por finalidade proporcionar maior aproximação no que se refere a tríade aluno-professor-biblioteca através da mediação da leitura literária inclusiva e acessível.

[...] a mediação da leitura acessível e inclusiva [é] oportunidade de colocar todos juntos na mesma roda, pessoas com e sem deficiência, sem qualquer tipo de discriminação, valorizando a convivência entre todos, a diversidade e as diferenças. (Guia..., 2016, p. 10).

Neste sentido, o uso de recursos tecnológicos e midiáticos variados e a ambientação do espaço da biblioteca, de acordo com a temática proposta em cada livro do acervo, são ações indispensáveis para os alunos que apresentam como deficiência o transtorno do espectro autista (TEA) e a paralisia cerebral participarem das atividades. Essas são planejadas pela equipe da biblioteca em conjunto com os professores responsáveis pela disciplina Oficina da Palavra para as turmas do 2º ao 5º anos, tendo como objetivo interagir com os alunos, através da elaboração de atividades de caráter artístico,

cultural e informacional permeadas pela literatura.

De acordo com Petit (2009, p. 58) “[...] a capacidade de estabelecer com os livros uma relação afetiva, emotiva e sensorial, e não simplesmente cognitiva” parece ser de fato uma escolha decisiva no trabalho de encontro com a oralidade. Ainda conforme Petit (2009), a biblioteca se constitui em um ambiente propício para as ações de mediação da leitura. É neste contexto que os mediadores reconhecem o seu papel na formação do gosto pela leitura, através da escolha criteriosa e refletida de obras que possam alavancar o processo de apropriação do conteúdo. Neste sentido, mediar a leitura não é somente ler um livro ou indicá-lo, mas

[...] para que ocorra a mediação da leitura é necessário tornar a história interessante para o leitor, discuti-la, fazer questionamentos, mostrar os benefícios que a leitura oferece e o poder de transformação que ela tem na vida das pessoas (Almeida; Costa; Pinheiro, 2012, p. 477).

No que se refere a esta premissa, é importante destacar que o bibliotecário ou o mediador da leitura precisa ter ciência em **como** a história será apresentada e é essencial saber **para quem** será mediada. Assim sendo, as atividades de mediação da leitura na biblioteca do CAP/UFRJ são realizadas com discentes que possuem ou não deficiências. Os alunos que possuem deficiência, como por exemplo, o TEA, têm dificuldade de interagir de forma recíproca e de decodificar os significados das palavras e textos mais avançados, o que reforça a importância do auxílio cauteloso e direcionado da equipe que atua na biblioteca escolar (Farmer 2013 *apud* Santos; Diniz; Fernandes, 2017). No que concerne ao aluno

com paralisia cerebral é indispensável considerar a reflexão teórica sobre o uso de recursos pedagógicos adaptados:

Para alguns alunos com paralisia cerebral, essa realidade pode não ser tão relevante para sua vida escolar, haja vista não necessitarem de tais recursos para desenvolver suas atividades escolares, fazendo uso dos mesmos materiais pedagógicos utilizados pelos demais alunos. Porém, alunos com paralisia cerebral mais grave, do ponto de vista motor, podem necessitar de forma imprescindível desses recursos para auxiliar na realização de suas atividades acadêmicas e de vida diária, com vistas a possibilitar o seu melhor desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social. Com isso a escola, na perspectiva inclusiva, precisa garantir os meios necessários para prover as necessidades educacionais do aluno com paralisia cerebral, uma vez que desses recursos também depende o desenvolvimento de suas potencialidades. (Melo; Martins, 2007, p. 123).

É relevante que a biblioteca mobilize ações literárias de inclusão para que esses discentes encontrem nesse espaço, uma oportunidade onde suas habilidades possam ser identificadas, reconhecidas e desenvolvidas.

Deste modo, neste trabalho serão apresentadas práticas de mediação de leitura acessível e inclusiva. Para as turmas do 2º ano do ensino fundamental, foi feita uma mediação da leitura do livro “Flicts”, de Ziraldo (2005), que teve como objetivo falar da aceitação do outro com respeito e empatia. A história retrata Flicts, uma cor desconhecida que é representada pelo bege. Flicts não se sente incluído em lugar algum, pois não está no arco-íris e nem nas bandeiras, mas

somente depois é aceito pelas outras cores, por descobrirem que a cor da lua tinha a mesma cor de Flicts. Alguns alunos se sentiram representados pela história e durante a mediação, relataram o caso de um colega que tinha dificuldade de interagir com os demais e com isso ele os ameaçava. O referido estudante dizia que os levaria à coordenação, o que de certa forma fazia com que os outros o deixassem brincar. Ao contar esse caso tivemos um diálogo com a turma, enfatizando e debatendo acerca da importância da empatia nas relações interpessoais.

Um aluno autista, durante a mediação, interagiu com a história e ainda se levantou e pediu que os colegas fizessem silêncio para que todos pudessem ouvi-la e o pedido foi aceito de forma positiva. Outro aluno com grau severo de autismo ficou afastado do grupo e teve o auxílio da professora mediadora para fazer a atividade proposta. Com o intuito de reforçar o conteúdo, foi proposta à turma a elaboração de um balangandã, onde cada aluno recebeu tiras de papel crepom de várias cores, jornal e barbante que serviram para unir e amarrar as tiras.

No término da ação, foi possível perceber que os alunos ficaram entusiasmados em fazer um balangandã e brincar com ele. Após ter se passado uma semana, uma aluna que é leitora assídua, retornou à biblioteca para nos dar o *feedback* e relatou que amou o livro e contou para a sua mãe que “A Lua é Flicts”. A aluna quis pegar o livro emprestado para contar a história para sua família, pois disse que todos também adorariam conhecê-la. Deste modo, verificamos que essa atividade possibilitou o aumento do repertório literário e

cultural dos alunos.

Além disso, a atividade proposta foi acessível ao aluno autista, favorecendo a interação com os demais colegas. Nesse sentido, podemos ressaltar a afirmação de Castrillón (2011, p. 45-46) que destaca a importância de

[...] desenhar ações para que a biblioteca chegue àqueles que se sentem excluídos das atividades relacionadas com o pensamento ou com opções de vida não inscritas na sociedade majoritária.

No 3º ano foi realizada uma mediação do livro “Foi o pai que me disse”, dos autores Desbordes e Martin (2017). A história conta sobre as possibilidades, que talvez um dia a vida nos coloque, diante de fatos que exijam superação. Gonçalo, protagonista, é um menino que faz questionamentos sobre como perceber o mundo e os caminhos que a vida nos leva. Nesse diálogo entre pai e filho, percebemos uma cumplicidade e confiança, onde os conselhos do pai são respostas para diferentes barreiras que exigem superação.

Após a mediação, ocorreu um momento de debate sobre a história e foram feitas perguntas sobre o significado das palavras do português de Portugal, tais como: demasiado e balança (tomar impulso, saltar). Foram debatidos os medos apresentados na história e muitos alunos foram relatando os seus medos, tais como, de escuro, de abelha, de fantasma, de piscina etc. Alguns alunos interagiram de maneira criativa e empática com soluções para superar o medo.

Como processo de assimilação e compreensão da história, foi proposta uma atividade lúdica em que os alunos pegaram em uma caixa um papelzinho com palavras

relacionadas ao texto. Num segundo momento foi pedido ao grupo que escrevesse na folha de atividade a palavra sorteada, desenhassem e dessem um significado para ela de maneira criativa, qual seja usando definições denotativas e conotativas. Foi a partir desse momento que muitos alunos deram asas à imaginação. O aluno com paralisia cerebral se sentiu representado pela história, pois os colegas perceberam que ele era loiro de cabelos cacheados e usava uma mochila amarela igual ao personagem. Por conta disso, foi possível vislumbrar sua alegria com o livro. Vale lembrar que um aluno com autismo não participou das atividades, pois estava hiperativo devido à troca de medicação. Todos os alunos ficaram motivados com a atividade e interagiram durante a dinâmica.

Uma outra mediação da leitura foi feita por meio da escolha do livro “O menino só”, de Andrea Taubman (2015). Em parceria com a professora Thayná Martacho, do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva, “O menino só” é um livro de poesia que fala sobre o autismo de maneira suave e delicada. Possui belas ilustrações que dialogam com o texto de forma poética. Tem o propósito de sensibilizar e chamar a atenção para a importância da educação especial e inclusiva. Ao selecionar o respectivo livro, foi possível aproximar os discentes desse contexto de maneira que eles compreendessem melhor esse tipo de deficiência. A atividade foi realizada com as turmas do 2º e 3º ano do ensino fundamental. Inicialmente, foi realizada a leitura do livro. Em seguida, foi feita uma apresentação visual das ilustrações e trechos do livro através do *Datashow*, possibilitando um diálogo com os alunos. Como última ação, a partir do trecho do

livro: “Olhando para o céu, observando as estrelas, desejando ser seu pó” (Taubman, 2015, p. 3) foi proposta uma dinâmica onde cada um recebeu um papel em formato de estrela para colorir de maneira livre, colocando as estrelas em um tecido de TNT. O objetivo era formar o céu de cada turma, onde cada estrela carregava seu brilho próprio, mas juntos formavam uma linda constelação criada de maneira coletiva. No momento da apresentação da história, foi possível perceber que a narrativa poética causou um clima de serenidade, afetando de maneira significativa e empática. Uma turma identificou que um colega parecia com o personagem da história. Os alunos ficaram encantados e curiosos com as ilustrações.

Para Sampaio e Farias (2020, p. 21)

A efetivação de uma biblioteca inclusiva requer esforço e sensibilidade contínua do bibliotecário, [...] está sempre reinventando e criando possibilidades em sua prática laboral.

As referidas autoras também destacam algumas alternativas inclusivas para serem desenvolvidas em uma biblioteca escolar, tais como: uso da tecnologia assistiva através de aplicativos, livros sensoriais, música na mediação da leitura, leitura em voz alta e uma biblioteca atrativa e bem-sinalizada (Sampaio; Farias, 2020). Desta forma, a biblioteca escolar assegura um espaço lúdico, educativo e inclusivo para o encontro da diversidade e o respeito às diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partir da premissa que a biblioteca escolar é um espaço de proposição para a aplicação de uma ODS, é uma forma de valorizar suas ações na comunidade escolar. Um evento desse porte, onde é ressaltado a mediação literária inclusiva e acessível, possibilitou uma maior interação entre professores, alunos e familiares em torno do debate e da conscientização de temas sobre inclusão.

Essas atividades favoreceram também, a integração e acolhimento dos alunos ao ambiente da biblioteca, fazendo com que esses frequentem mais o espaço. É relevante destacar que através das ações, foi possível observar e avaliar o fluxo de pensamento dos alunos, por meio da construção de múltiplos sentidos durante as atividades propostas, além do diálogo e do compartilhamento de reflexões acerca das histórias apresentadas.

As ações realizadas proporcionaram um estreitamento dos laços afetivos dos discentes com o espaço da biblioteca, estimulando a autonomia criativa dos mesmos. Essas ações devem estar alinhadas com uma política concreta destinada à inclusão e acesso dos estudantes com deficiências, de modo a possibilitar o desenvolvimento de suas potencialidades.

Muitos avanços ainda são necessários, mas contar com a parceria da comunidade escolar faz toda diferença na percepção de uma vivência inclusiva e acessível aos estudantes com ou sem deficiências, de modo a possibilitar o desenvolvimento de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. R.; COSTA, W. A.; PINHEIRO, M. I. S. Bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 472-490, 2012. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/812/pdf_1. Acesso em: 10 jun. 2018
- BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 3, 29 dez. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/12/2016&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=800>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- CASTRO FILHO, C. M. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43565>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CASTRO FILHO, C. M. Roger Chartier e práticas de leitura: uma abordagem para o campo da informação. *In*: SEGUNDO, J. E. S.; SILVA, M. R.; MOSTAFA, S. P. (org.). **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

DESBORDES, A.; MARTIN, P. **Foi o pai que me disse**. Lisboa: Edicare, 2017.

GUIA de mediação de leitura acessível e inclusiva: mais diferenças. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/wp-content/uploads/2016/11/GuiaMediacaoLeituraFundacaoVW.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. [Haia]: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. [s. l.: s. n.], 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, F. R. L. V. de; MARTINS, L. de A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 111-130, abr. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B. Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 14, n. 3, p. 1-26, jul./set. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/146027>. Acesso em: 12 maio 2022.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; FERNANDES, E. M. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1863-1882, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/906/913>. Acesso em: 21 ago. 2023.

TAUBMAN, A. **O menino só**. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ZIRALDO. **Flicts**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2005.

CAPÍTULO 3

METALETRAMENTO EM TRILHA DE APRENDIZAGEM AUTOINSTRUCIONAL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE O CURSO “ENSINO COM MÍDIAS DIGITAIS”

Marcio Gonçalves

1 INTRODUÇÃO

Apresentam-se os resultados da aplicação empírica de uma trilha de aprendizagem sobre ensino com mídias digitais oferecida gratuitamente a professores de diversas áreas do conhecimento. O desenho pedagógico foi produzido sob a curadoria do autor desta análise ao longo do estágio pós-doutoral no programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Intitulado “Ensino com mídias digitais”, o curso ainda segue disponível no aplicativo Google Sala de Aula¹ e poderá ser acessado a qualquer momento por futuros interessados. Pensou-se no *design* de uma aprendizagem autoinstrucional sem a necessidade de mediação de um professor. O objetivo é promover um letramento digital dos cursistas por meio de um metaletramento. O termo metaletramento sugere uma forma de pensar sobre o próprio letramento. Para ser uma pessoa metaletratada, é necessário que os indivíduos entendam seus pontos fortes no letramento e as áreas para melhoria, e

¹ [Endereço para acesso à sala de aula](#) e código xmqcas4.

tomem decisões sobre sua aprendizagem. A capacidade de autoavaliar criticamente diferentes competências e de reconhecer a necessidade de letramentos integrados no ambiente informacional de hoje é um metaletramento (Mackey; Jacobson, 2021, p. 2).

A divulgação para a chamada de participação foi feita em grupos de educadores em mídias sociais e plataformas digitais. A experiência de participação nesta trilha contou com 49 cursistas que se inscreveram voluntariamente a partir do interesse no tema. Em relação ao conteúdo pedagógico, a proposta do curso levou conhecimento teórico e prático acerca das mídias digitais na educação. Como resultado, esse relato comprova que a aprendizagem autoinstrucional é uma possibilidade do mundo digital, pois proporciona às pessoas uma jornada autônoma de aprendizagem.

Neste sentido, entende-se que um curso aberto, livre e gratuito contribui para atender a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Sabe-se que este projeto entende planeta, pessoas, prosperidade, paz e parceria como áreas cruciais para o desenvolvimento saudável da vida e determina objetivos a serem atingidos até 2030 para a erradicação de problemas relacionados a cada uma delas. São 17 Objetivos ao todo e estes são compostos por 169 metas e 232 indicadores, que apontam a urgência de colocar a sociedade em um caminho mais sustentável. A contribuição aqui relaciona-se ao ODS 4, que é o da Educação de Qualidade. Está descrito que o objetivo é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Este exercício de

metaletramento é, portanto, uma contribuição singela para o atingimento deste objetivo.

2 ENSINO COM MÍDIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA

O metaletramento é um modelo conceitual para unificar os letramentos cognitivos e para expandir a definição tradicional de letramento informacional. Esta nova abordagem coloca um destaque maior na tecnologia social e enfatiza a aquisição de conhecimento em vez de apenas o desenvolvimento de competências (Mackey; Jacobson, 2021, p. 9). No contexto da escola, Trilling e Fadel (2009, p. 64) afirmam que nossos alunos do século 21 precisam adquirir habilidades para acessar, avaliar, usar, gerenciar e aumentar a riqueza de informações e de mídia que eles agora têm em mãos. Estes mesmos autores, Trilling e Fadel (2009), destacam que estes alunos terão um poder sem precedentes para ampliar sua capacidade de pensar, aprender, comunicar, colaborar e criar. Mas esse poder de produção deve vir junto da necessidade de aprender as habilidades apropriadas para lidar com grandes quantidades de informações, mídia e tecnologia.

Trilling e Fadel (2009, p. 65) indicam três pontos principais que fazem parte dos conhecimentos e das habilidades do século 21. Eles referem-se ao letramento informacional, ao letramento midiático e ao letramento em tecnologias de informação e comunicação. Este relato, vale destacar, pode se aproximar mais do letramento midiático, mas o que se quer mostrar mesmo é a possibilidade do

metaletramento. Trilling e Fadel (2009), porém, são autores que dizem que por conta de os alunos deste século estarem cercados por mídia digital, é preciso que estes jovens entendam como aplicar os recursos de mídia disponíveis para a aprendizagem e usem ferramentas de criação de mídia para criar produtos de comunicação atraentes e eficazes, como vídeos, *podcasts* e *sites*.

Segundo Trilling e Fadel (2009, p. 65), dentre essas habilidades em letramento midiático, imagina-se que os alunos sejam capazes de:

- a) analisar mídia;
- b) compreender como e porque as mensagens da mídia são construídas e com quais propósitos;
- c) examinar como os indivíduos interpretam as mensagens de forma diferente, como os valores e pontos de vista são incluídos ou excluídos e como a mídia pode influenciar crenças e comportamentos;
- d) aplicar um entendimento fundamental das questões éticas e legais que cercam o acesso e uso da mídia;
- e) criar produtos de mídia;
- f) compreender e utilizar as ferramentas, características e convenções de criação de mídia mais adequadas; e
- g) compreender e utilizar eficazmente as expressões e interpretações mais adequadas em ambientes diversos e multiculturais.

Barbosa Filho e Castro (2008, p. 95) indicam que é preciso pensar a comunicação e a educação para os meios

como um direito humano e que o ensino e o debate sobre comunicação devem começar na educação primária, passando pela secundária e continuar na universidade. Segundo os autores, trata-se de um debate que, “[...] se inicialmente começa em sala de aula, deve se multiplicar dentro de casa, entre os colegas, no trabalho e na rua, sem se restringir aos estudantes ou profissionais da comunicação e educação” (Barbosa Filho; Castro, 2008, p. 95). Neste sentido, a proposta aqui apresentada até estende-se à formação continuada de professores.

Gabriel (2013) indica mudanças no papel do professor. Ela sugere que saia o professor-conteúdo/tamanho-único e entre o professor-interface/flexível. “O professor-conteúdo tende a esgotar a disciplina em si próprio, em suas limitações”, explica Gabriel (2013, p. 111). Ele funciona como uma janela pré-programada pela qual os alunos veem o mundo limitado. No caso do professor-interface/flexível ele “[...] funciona como uma porta, que apesar de estar fixa e limitada no mesmo lugar, abre-se aos alunos para que a atravessem e atinjam o mundo sem limitações”, complementa Gabriel (2013, p. 111).

O atual ambiente de informação recobre e mistura vários saberes e formas muito diversas de aprender. Essa dinâmica, ao mesmo tempo, encontra-se fortemente descentralizada em relação ao sistema educativo vigente que ainda é organizado em torno da escola e do livro (Martín-Barbero, 2006, p. 56). A escola está deixando de ser o único lugar de legitimação do saber, já que há uma variedade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. A diversificação e a difusão do saber, fora da

escola, são os dois desafios mais fortes que o mundo da comunicação propõe ao sistema educativo (Martín-Barbero, 2006, p. 57).

Nas palavras de Morin (2003, p. 11), quando ele pensa no modo de agir do educador, “[...] a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito”. A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre. Na educação, trata-se de transformar as informações em conhecimento, de transformar o conhecimento em sapiência. Morin (2003) ainda completa que a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria.

Quando se pensa na nova geração de jovens aprendizes, Lima, Pretto e Ferreira (2005, p. 251) concluem que na sua maneira de ser, de se relacionar, de agir, apresenta grandes desafios aos comunicadores e educadores, exatamente pela potencialidade de ser uma geração questionadora. Um dos desafios do momento é ampliar, reconhecer e favorecer distintos espaços de aprendizagem, reconhecer os novos ecossistemas educacionais e identificar diferentes locais de produção da informação e do conhecimento, de criação e reconhecimento de identidades, práticas culturais e sociais. Daqui para frente, de caráter presencial e/ou virtual, de educação sistemática e

assistemática, no qual diversas linguagens são trabalhadas e a pluralidade de sujeitos interajam, seja de modo planejado ou com caráter mais livre e espontâneo (Candau, 2007, p. 11).

O jornalista, o comunicador, o produtor, o publicitário, o cineasta, o artista multimídia, o professor, entre outros profissionais que lidam com a informação como matéria-prima de seu trabalho, têm que aprender a disseminar a informação da melhor maneira possível (Ferrari, 2014, p. 8). Esse ponto ganha mais destaque quando se compreende o momento atual, conforme pontua Santaella (2013, p. 389):

Propiciada, entre outros, pelas mídias digitais, a revolução tecnológica que estamos atravessando é psíquica, cultural e socialmente muito mais profunda do que foi a invenção do alfabeto, do que foi também a revolução provocada pela invenção de Gutemberg. É ainda mais profunda do que foi a explosão da cultura de massas, com os seus meios técnicos mecânico-eletrônicos de produção e transmissão de mensagens. Muitos especialistas em cibercultura não têm cessado de alertar para o fato de que a revolução teleinformática, também chamada de revolução digital, é tão vasta a ponto de atingir proporções antropológicas importantes, chegando a compará-la com a revolução neolítica. Para se ter uma ideia das consequências trazidas por essa revolução, basta dizer que a nova ordem econômica, social e cultural mundializada não seria possível sem ela.

Refletir sobre as mídias sob o ponto de vista da educação é admiti-las enquanto produtoras de cultura. É também admitir que a cultura das mídias, suas técnicas e conteúdos veiculados pelos programas de TV, pelas músicas

que tocam no rádio ou mensagens da internet, nas suas mais variadas formas, ajudam-nos, juntamente com valores produzidos e reconhecidos pela família, pela escola e pelo trabalho, a nos constituir enquanto sujeitos, indivíduos e cidadãos, com personalidade, vontade e subjetividade distintas (Setton, 2010, p. 13).

As mídias são “[...] consideradas um sistema de símbolos com linguagem própria, distinta das demais matrizes de cultura (imagem, som, texto, e a mistura de todos eles) que compõem o universo socializador do indivíduo contemporâneo” (Setton, 2010, p. 13). O conceito de mídia é abrangente e se refere aos meios de comunicação massivos dedicados, em geral, ao entretenimento, lazer e informação – rádio, televisão, jornal, revista, livro, fotografia e cinema. Além disso, engloba as mercadorias culturais como a divulgação de produtos e imagens e os meios eletrônicos de comunicação, ou seja, jogos eletrônicos, celulares, smartphones, DVDs, CDs, TV a cabo ou via satélite, e, por último, os sistemas que agrupam a informática, a TV e as telecomunicações – computadores e redes de comunicação (Setton, 2010, p. 13).

Toda essa hibridização de tecnologias e linguagens vem sendo chamada de convergência das mídias, explica Santaella (2004, p. 48). Neste sentido, as mídias impressas, eletrônicas e digitais estão integradas em suportes midiáticos diversos e englobam gêneros textuais e digitais. Para a educação atual faz muito sentido compreender os traços definidores fundamentais da hipermídia, conforme apontado por Santaella (2004, p. 47-52):

a) hibridização das linguagens;

- b) capacidade de armazenar informação;
- c) cartograma navegacional; e
- d) linguagem interativa.

Parte-se deste contexto de convergência de mídias e de hipermídia para começar a entender a complexidade do cenário e de poder levar a mídia para o contexto escolar. Setton (2010, p. 23), à época de sua pesquisa, ainda não vislumbrava os aplicativos para *smartphones* ou as *lives* do *streaming*, pois estes recursos também comunicam informações. De qualquer forma, Setton (2010, p. 23) já reconhece as mudanças quando diz que:

As maneiras pelas quais interagimos e nos adaptamos ao mundo, as maneiras pelas quais orientamos nossas práticas cotidianas, as formas de perceber o outro e a nós mesmos mudaram a partir da presença constante das mídias em nossas vidas. Por exemplo, hoje as crianças têm acesso desde muito pequenas a uma variedade de informações disponíveis nos desenhos animados, nas embalagens de produtos alimentícios ou na publicidade. Informações, apelos de consumo, modelos e estilos de vida veiculados pelas mensagens de uma indústria da cultura que compõem o imaginário e a vida prática de todos.

O aprendizado das gerações atuais se realiza pela articulação dos ensinamentos das instituições tradicionais da educação – família e escola (entre outras) – com os ensinamentos das mensagens, recursos e linguagens midiáticas. A educação contemporânea está vivendo um conjunto de transformações que influenciam a natureza de nossas relações pessoais e sensibilidade e, conseqüentemente,

“[...] passam a condicionar as instituições que regulam nosso aprendizado, nossa formação cognitiva, afetiva, psicológica, portanto, nossas percepções sobre o mundo” (Setton, 2010, p. 24).

Figura 1- Modelo SECTIONS para Seleção de Mídias



Fonte: Bates (2017, p. 313).

Mas ainda há falta de orientação quanto ao uso de mídias na escola. Considerando, sobretudo, o cenário brasileiro, é importante ter em mente que nada adianta a adoção de tecnologias e mídias se não houver planejamento com os interesses pedagógicos e educacionais com estes usos. Neste sentido, um modelo que auxilie em tomadas de decisão nas escolhas e nos usos de mídias no ensino e na aprendizagem é apresentado por Bates (2017, p. 313), no esquema anterior.

O modelo usado é SECTIONS, acrônimo de:

- a) *students* (alunos);
- b) *ease of use* (facilidade de uso);

- c) *costs* (custos);
- d) *teaching functions* (funções de ensino);
- e) *interaction* (interação);
- f) *organisational issues* (questões organizacionais);
- g) *networking* (rede);
- h) *security and privacy* (segurança e privacidade).

SECTIONS surge como um modelo capaz de orientar professores e gestores da educação nas escolhas mais acertadas das mídias. O lado bom do modelo é saber que os alunos estão em primeiro lugar. As funções de ensino também estão lá presentes para guiar os objetivos pedagógicos. As mídias, portanto, como recurso pedagógico é a educação com a mídia. Gonçalves (2018) destaca que a abertura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o campo jornalístico-midiático possibilita o desenvolvimento de muitas atividades de leitura na escola: entrevista, reportagem, fotorreportagem, foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, vlog noticioso, vlog cultural, *meme*, *charge*, *charge digital*, *political remix*, anúncio publicitário, propaganda, *jingle*, *spot*, entre outros). Pode-se ir além, pensando em gêneros mais complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações: reportagem multimídia e documentário, por exemplo.

A mídia como forma de expressão também é possível se pensada na educação pela mídia. As propostas de trabalho sugeridas pela BNCC, para o Ensino Médio, devem possibilitar aos estudantes o acesso a “[...] saberes sobre o mundo digital e as práticas da cultura digital” (Brasil, 2018). Os exercícios para alcançar essa reflexão na escola devem também ser

priorizados, já que impactam o dia a dia do estudante nos vários campos de atuação social. A geração que terá contato com esse ensino poderá desenvolver competências para encarar muitas das questões oriundas e/ou ressaltadas neste universo digital: a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (Gonçalves, 2018).

A mídia como objeto de estudo também é possível em uma educação para a mídia. O que os jovens e a sociedade em geral podem ganhar com essas propostas? No mínimo é formar estudantes com visão crítica, ética e estética. Além da parte estrutural e arquitetônica dos sistemas de informação, que possibilitará o aluno não somente explorar interfaces técnicas (como a das linguagens de programação ou de uso de ferramentas e aplicativos variados de edição de áudio, vídeo, imagens, de realidade aumentada, de criação de *games*, *gifs*, *memes*, infográficos etc.), poder desenvolver interfaces éticas que lhes permitam tanto triar e curar informações como produzir o novo com base no existente, será um grande ganho para o jornalismo e toda a população que não teve a chance de aprender tudo isso na escola (Gonçalves, 2018).

Morin (2022), em entrevista, responde se o professor deve buscar sempre o trabalho interdisciplinar:

Ele deve ter consciência da importância de sua disciplina, mas precisa perceber também que, com a iluminação de outros olhares, vai ficar muito mais interessante. O professor pode procurar ter essa cultura menos especializada, enquanto não existir uma mudança na formação e na organização dos saberes. O professor de

Literatura precisa conhecer um pouco de história e de psicologia, assim como o de Matemática e o de Física necessitam de uma formação literária. Hoje existe um abismo entre as humanidades e as ciências, o que é grave para as duas. Somente uma comunicação entre elas vai propiciar o nascimento de uma nova cultura, e essa, sim, deverá perpassar a formação de todos os profissionais.

As ocasiões e os espaços em que se transmitem os saberes mudaram. Nesse sentido, Setton (2010, p. 11) insiste que “[...] é justo pensar que as formas de lidar com o conhecimento e a informação já não sejam as mesmas, bem como as formas de lidar com as autoridades transmissoras do saber passaram por profundas transformações”. Entende-se que as mídias têm potencial para se tornarem grandes aliadas no processo de adaptação do sistema de ensino para a sociedade da informação e do conhecimento.

3 GOOGLE SALA DE AULA E A ANÁLISE DA TRILHA “ENSINO COM MÍDIAS DIGITAIS”

Na hora de construir a modelagem e o design pedagógico da trilha autoinstrucional no aplicativo Google Sala de Aula, pensou-se em promover o metaletramento dos cursistas. Embora muitos deles já sejam educadores, o metaletramento poderia promover o preparo de alunos independentes e bem-sucedidos no uso de ferramentas educacionais digitais.

A chamada para a participação na trilha foi feita em redes sociais do autor deste relato de experiência. Alguns

gatilhos despertaram o interesse imediatamente: a gratuidade, a possibilidade de fazer o curso ao tempo disponível do cursista e a confiança em quem ofertava o curso foram alguns dos motivos que fizeram com que houvesse engajamento na inscrição. Um cartaz digital foi espalhado nas mídias sociais e em grupos de aplicativos de celulares de amigos e de conhecidos.

De modo a promover acolhimento ao curso, pensou-se em uma primeira mensagem que pudesse engajar os cursistas em uma apresentação coletiva. Os 49 inscritos voluntariamente – esse número é o observado até o fechamento dessa análise – passaram a se apresentar uns aos outros. O Google Sala de Aula possui um espaço de interação chamado **mural** (grifo nosso). Nele é possível configurar para que os cursistas consigam postar conteúdo. Alguns dos participantes se sentiram à vontade e interagiram com a turma neste espaço, como comprova essa interação quando uma cursista comenta: “Boa noite! Chegando agora, mas não menos empolgada...”.

As quatro postagens seguintes pretendiam dar um breve embasamento teórico dos conceitos voltados à escolha de mídias na educação a partir do modelo SECTIONS. Em seguida, um panorama do letramento digital foi postado, conforme a seção 2 Ensino com mídias digitais na formação continuada deste relato. Na sequência, uma exposição do conceito de ensino híbrido e das metodologias ativas foi exposta na sala virtual. A Figura 2, a seguir, mostra o design pedagógico e expõe as ferramentas que se quis mostrar por meio de vídeos-tutoriais: Google Documentos, Google Sites,

Google Apresentações, Google Formulários, Flipgrid, Jamboard, Padlet, Screencastify, Wakelet e Mentimeter.

Figura 2-Conteúdo da trilha autoinstrucional “Ensino com Mídias Digitais”

The image shows a Google Classroom interface for a course titled "CONEXÃO COM OS COLEGAS DE TURMA". The course is organized into several sections:

- CONEXÃO COM OS COLEGAS DE TURMA**: Includes a lesson "Momento de conexão" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- MODELO SECTIONS DE ESCOLHA DE MÍDI...**: Includes a lesson "Atividade curta a partir dos objet..." (1 lesson, last updated 22 days ago).
- 1.1 LETRAMENTO DIGITAL**: Includes a lesson "Letramento Digital" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- 1.2 ENSINO HÍBRIDO**: Includes a lesson "Ensino Híbrido" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- 1.3 METODOLOGIAS ATIVAS**: Includes a lesson "Metodologias Ativas" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- 1.4 APRENDER NAVEGANDO E CRIANDO**: Includes a lesson "Aprender navegando e criando" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- 2. FERRAMENTAS E MÍDIAS DIGITAIS**: Includes lessons for various tools:
 - 2.1 GOOGLE DOCUMENTOS (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.2 GOOGLE SITES (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.3 GOOGLE APRESENTAÇÕES (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.4 GOOGLE FORMULÁRIOS (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.5 FLIPGRID (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.6 JAMBOARD (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.7 PADLET (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.8 SCREENCASTIFY (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.9 WAKELET (1 lesson, last updated 6 days ago)
 - 2.10 MENTIMETER (1 lesson, last updated 6 days ago)
- APRENDER FAZENDO**: Includes a lesson "APRENDER FAZENDO" (1 lesson, last updated 6 days ago).
- FIM DA TRILHA E COMEÇO DE NOVA JORN...**: Includes a lesson "AVALIAÇÃO DA TRILHA: Debe avaliar sua..." (1 lesson, last updated 22 days ago).

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Google Sala de Aula (2022).

A proposta de levar ferramentas digitais, que pudessem ser adaptadas ao contexto de ensino para o educador, veio a partir da situação que a educação vem passando com a pandemia da COVID-19. Com o ensino remoto e híbrido, saber usar recursos digitais para conduzir aulas tornou-se uma necessidade no campo da educação.

4 RESULTADOS: PERSPECTIVAS DO ENSINO AUTOINSTRUCIONAL

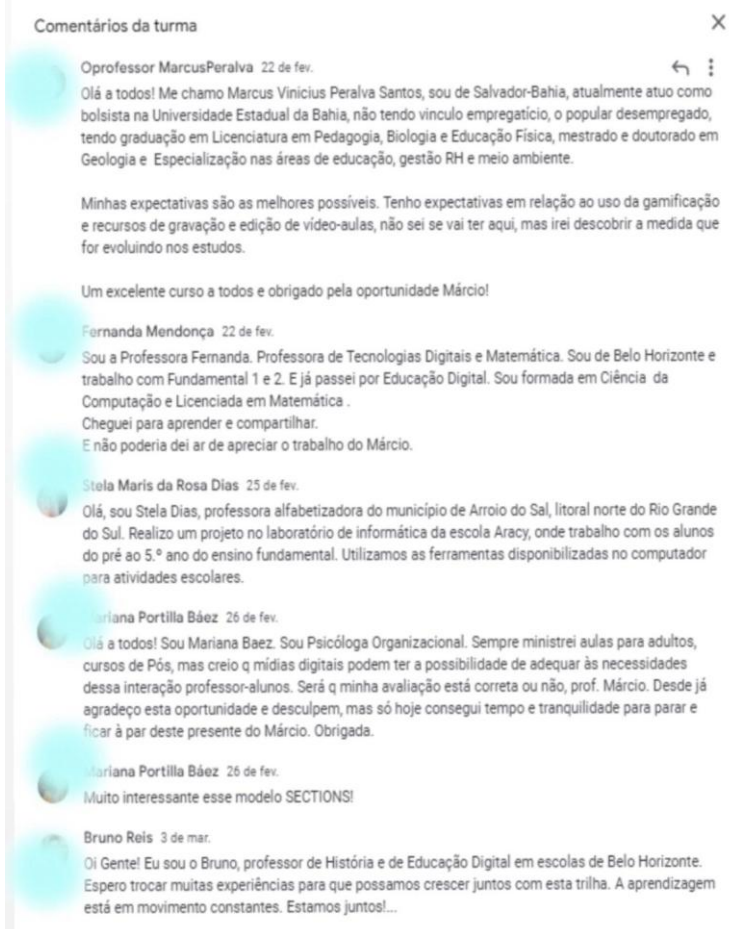
Quando os cursistas chegam ao Google Sala de Aula, não se pode garantir que todos os inscritos cumpram tudo o que foi proposto de conteúdo. Quem insere o desenho instrucional do conteúdo a ser colocado nesta sala virtual, pode configurar da melhor maneira que o convier. Os recursos de configuração permitem exigir entregas de trabalhos com data e hora específicas, ou, ainda, que os conteúdos sejam materiais de consulta, apenas. A vantagem de ter conseguido colocar, até o momento da escrita deste relato, 49 pessoas na sala de aula é que o conteúdo fica acessível a qualquer hora por meio de acesso ao endereço virtual do Google do cursista.

Um conteúdo autoinstrucional dá liberdade ao cursista de navegar pela informação a qualquer tempo. Por ser um conteúdo multimídia disponível, o cursista pode navegar por vídeos, links, textos e diversos outros materiais expostos na trilha. Uma vez que as pessoas estão na mesma sala, funciona como acontece em encontros presenciais, pois elas podem se apresentar e o aprendizado também ocorre entre pares. Em linhas gerais, os interessados no conteúdo compartilham das mesmas necessidades. O ambiente digital permite a formação

de redes e a construção de conexões.

Como se pode ver nos comentários dos cursistas na Figura 3, a seguir, deixar aberto para que as pessoas falem e se expressem é uma questão que amplia o acesso à informação.

Figura 3-Comentários dos cursistas a respeito do conteúdo da trilha



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Google Sala de Aula (2022).

Há um ponto a considerar quando se propõe ofertar formações autoinstrucionais para professores. O nível de

aceitação inicial, neste caso, teve engajamento por se tratar da oferta de um curso gratuito. Mas, quando observado o desempenho ao longo da jornada do cursista, é possível perceber que, nem sempre, toda a trilha é cumprida. Tal fato talvez se dê porque não é cobrada a entrega de trabalhos finais ou que sejam tarefas que não sofram pontuação para a conclusão. De qualquer maneira, no modelo proposto, o conteúdo foi desenhado para que o cursista volte à sala a qualquer momento e, sendo assim, possa acessar a informação ao tempo que lhe for mais conveniente.

Quando avaliado pela perspectiva de uma análise qualitativa da jornada do cursista neste tipo de trilha autoinstrucional, vale destacar que o conteúdo exposto serve para mostrar pontos teóricos e práticos das mídias digitais na educação. No percurso não é exigido uma linearidade no consumo da informação. A própria natureza não-linear do espaço digital vai conduzindo o cursista por caminhos que a pessoa julga mais importante aprender naquele momento específico.

Esse relato observacional apresenta dois outros pontos a considerar: o primeiro é em relação à possibilidade de criação de salas de aulas virtuais. O Google Sala de Aula é um aplicativo do sistema Google Workspace. Os usuários não só participam de dinâmicas virtuais de aprendizagem como cursistas, mas, também, podem criar novas salas como professores. Essa possibilidade amplia o acesso a conteúdos e constrói dinâmicas de interação entre pessoas com objetivos comuns.

O segundo ponto é em relação à curadoria de informação. No contexto da curadoria e das transformações

esperadas, conforme apontam Garcia e Czeszak (2019, p. 45), a ação de curadoria no campo educacional pode se manifestar de diferentes formas: cuidar, orientar, apontar caminhos, promover ações autônomas e transformar modos de ver as coisas. A curadoria ainda propaga, dissemina e envolve outras pessoas em redes de reflexões e busca soluções comuns a problemas identificados e que estão no âmbito do interesse dos alunos.

Neste sentido, os envolvidos nesta trilha viveram a curadoria educacional, pois a partir do momento em que entraram na sala virtual foram orientados quanto a alguns pontos teóricos do ensino com mídias digitais e puderam ser transformados quanto aos modos de ver as ferramentas digitais sendo aplicadas em contextos educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o educador moderno, fica a pergunta: por que a criação e produção de aulas mediadas por mídias digitais torna-se necessária para a educação moderna? Quais competências e habilidades estão sendo demandadas dos educadores para conseguir lidar com jovens contemporâneos e aqueles que virão mais adiante? Quais valores são adicionados ao ensino quando um educador adota uma camada de educação midiática nas aulas? Essas perguntas são norteadoras para conseguir entender a importância de falar em iniciativas que valorizem a criação e produção de conteúdo com mídias digitais por meio de uma camada de atividades e práticas midiáticas aplicadas interdisciplinarmente em quaisquer níveis da educação.

Este relato não dá conta de responder a todas essas questões, mas revela que os cursistas que passaram por esta trilha autoinstrucional estão em busca de informação e de formação continuada. As novas gerações de estudantes vão precisar se comportar como cidadãos globais. Eles devem ser capazes de discernir fontes, checar fatos, criticar conteúdo e saber reconhecer as técnicas de produção destas informações. A grande questão aqui é conseguir despertar consumidores em produtores de informação e, com isso, garantir que o pensamento crítico aconteça uma vez que, dominando a técnica de produção, isso garanta que o consumo de informação não fique apenas no nível da alienação.

Em apoio ao ODS 4 da Agenda 2030, que trata da Educação de Qualidade e se propõe a assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, esta trilha contribui para a promoção de oportunidades de aprendizagem para todos. O espaço digital é um local onde a informação está disponível, mas, nem sempre, há uma curadoria adequada para garantir o acesso à informação de qualidade. Quando uma trilha de aprendizagem autoinstrucional como essa é oferecida gratuitamente, é a chance de acesso ao tipo de conteúdo que promove aprendizagem contínua para aplicação imediata em práticas de ensino.

Por fim, por que um ensino mediado por mídias digitais é importante? Porque a escola tem a missão de ajudar a diminuir as desigualdades entre os que têm e os que não têm acesso às mídias e às informações. É porque, também, as mídias fazem parte do dia a dia das crianças e dos jovens e a escola não deve estar desconectada dessa realidade. Entende-

se que os alunos precisam desenvolver habilidades e competências para lidarem com o mundo conectado. A construção do pensamento crítico e da cidadania digital estão ligados aos universos digital e midiático. O educador deve buscar atualização e seguir acompanhando o que se pode esperar de um admirável ensino novo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BATES, T. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 22 maio 2025.

CANDAU, V. M. Construir ecossistemas educativos: reinventar a escola. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Reinventar a escola**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FERRARI, P. A web somos nós. *In*: FERRARI, P. (org.) **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2014.

GABRIEL, M. **Educ@r: a revolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCIA, M. S. S.; CZESZAK, W. **Curadoria educacional: práticas pedagógicas para tratar (o excesso de) informação e**

fake news em salas de aula. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.

GONÇALVES, M. Jornalismo Digital chega ao Ensino Médio com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. **Portal Imprensa**, São Paulo, 13 dez. 2018. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/imprensa+educa/conteudo/81389/opiniaio+jornalismo+digital+chega+ao+ensino+medio+com+a+aprovacao+da+base+nacional+comum+curricular+por+marcio+goncalves>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LIMA, M. F.; PRETTO, N. L.; FERREIRA, S. L. Mídias digitais e educação: tudo ao mesmo tempo agora o tempo todo ... *In*: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (org.). **Mídias Digitais: convergência tecnológica e inclusão social**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MACKEY, T. P.; JACOBSON, T. E. **Metaletramento: reinventando o letramento informacional para empoderar alunos**. Brasília, DF: IBICT, 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, D. (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. O verdadeiro papel da educação. **Revista Prosa, Verso e Arte**, [Rio de Janeiro], 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/o-verdadeiro-papel-da-educacao-edgar-morin/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia**. 3. ed. São Paulo:

Iluminuras, FAPESP, 2013.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SETTON, M. G. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

TRILLING, B.; FADEL, C. **21st century skills**: learning for life in our times. USA: Jossey-Bass, 2009.

CAPÍTULO 4

RECURSOS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E ESTATÍSTICA OFICIAL BRASILEIRA NA AGENDA 2030

Nadia Bernuci dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A informação estatística sempre esteve presente nos noticiários e jornais impressos e, atualmente, permeia também as mídias sociais com discussões temáticas abrangendo outros públicos devido à intensidade do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Os dados são apresentados quase que diariamente com os destaques pertinentes, gerando outras análises em canais formais e informais.

Neste trabalho discute-se os processos de geração das fontes de informação estatística e geográfica conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que atendem ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são resultados do compromisso mundial (incluindo o Brasil) com uma agenda composta por metas até 2030, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os princípios da Agenda são tornar o mundo um lugar mais justo, igualitário e sustentável. Não serão debatidas as condições em que essas Agendas globais são formuladas, pois a discussão ampliaria o significado de desenvolvimento

sustentável por outras perspectivas. Dito isso, adotou-se as terminologias e conceitos das entidades internacionais.

O IBGE, como uma instituição que produz as estatísticas e referências geográficas oficiais, constitui uma fonte de informação de cunho formal para embasar pesquisas e estudos. Por isso, é de capital importância que a pessoa profissional da informação conheça seus aspectos mais relevantes para promover e contribuir com a democratização do acesso e uso de fontes geradas com recursos públicos. Ou seja, ser capaz de reconhecer os fatores que determinam a relevância, atualidade, confiabilidade e acurácia que a informação estatística e geográfica necessita ter. Como o sistema de saber-poder carrega profundas desigualdades, as comunidades e povos tradicionais devem ter a chance de produzir conhecimento sobre si baseado na formalidade da informação tecno-científica. Daí a importância do acesso facilitado e interligado ao conteúdo, que direciona ao desenvolvimento de soluções baseadas em evidências, seja a partir de dados primários ou secundários.

Este trabalho está dividido, além desta introdução, em um breve contexto da produção das informações estatísticas e geográficas pelo IBGE; a relação do Instituto com os compromissos da Agenda 2030; um panorama sobre os principais produtos informacionais produzidos; os elementos que impactam a democratização desse conteúdo; e considerações finais.

2 A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E GEOGRÁFICA NACIONAL

As estatísticas oficiais são informações produzidas e disseminadas por agências do governo dentro de um sistema padronizado que inclui: conceitos, definições, unidades estatísticas, classificações, nomenclaturas e códigos, fatos, eventos e ocorrência de várias áreas do conhecimento. A principal contribuição é retratar as condições (econômicas, sociais e ambientais) de um país ou região.

A evolução da produção oficial de informações geográficas e estatísticas mostra o quanto a variedade das fontes foi crescendo, bem como os públicos a que se destinam. Logo, o acesso ao conhecimento dessa natureza tem passado a ser cada vez mais democrático e, ao mesmo tempo, o grande volume, aliado à intensa geração de informação intermediada pelas TIC deve ser levada em conta já que devem ser elaboradas estratégias de disseminação e capacitação do usuário para que não se perca recursos e qualidade. Bianchini (2014, p. 2) aborda a função das estatísticas oficiais:

As estatísticas oficiais são informações produzidas e disseminadas por agências governamentais, em bases regulares, regidas pela legislação em matéria estatística e/ou regulamentos administrativos, sujeitas ao cumprimento de um sistema padronizado de conceitos, definições, unidades estatísticas, classificações, nomenclaturas e códigos, visando: retratar as condições econômicas, sociais e ambientais; fornecer subsídios para o planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas; propiciar suporte técnico para

as tomadas de decisões; e consolidar o exercício da cidadania.

Na origem do campo, a principal ideia da estatística pública é ser uma ciência ancorada em instituições públicas ou oficiais sujeitas às regras, valores e restrições do serviço público (Schwartzman, 1996). Já a informação geográfica oficial se ocupa das dinâmicas territoriais, acompanhando as modificações para também dar suporte às operações estatísticas. Os primórdios da produção desse tipo de informação no Brasil remetem aos tempos coloniais e conhecer essas raízes permite compreender o passado do país por meio da mensuração da realidade em determinado contexto.

O Censo Demográfico é um levantamento exaustivo sobre a população e, por isso, uma das principais operações que representa um país. Foi no Império, no âmbito da Diretoria Geral de Estatística, que se consolidou o primeiro Censo, realizado em 1871¹ (Senra, 2009). Apesar disso, problemas políticos-administrativos com o órgão impediram que já nos próximos períodos o Censo fosse realizado. (Gonçalves, 1995). Na década de 1850 nascem os congressos de estatística, que irão estabelecer princípios e tratados internacionais, bem como influenciar a inclusão desses elementos na legislação

¹Os resultados foram apresentados com as seguintes divisões e termos utilizados na pesquisa: 1) população livre segundo sexo, estado civil, religião, nacionalidade e grau de instrução; 2) população escrava segundo sexo, estado civil, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução; 3) população segundo os defeitos físicos; 4) população em relação à idade; 5) população em relação à nacionalidade brasileira; 6) população segundo a nacionalidade estrangeira; e 7) população segundo as profissões.

nacional, como o compromisso da periodicidade, preferencialmente nos anos zero.

O atual IBGE nasce na década de 1930 pela necessidade de um órgão centralizador da produção de estatística e cartografia na época, inicialmente chamado Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. A cooperação interadministrativa entre as três esferas políticas (federal, estadual e municipal), própria da idealização da entidade, favorece o acesso à fonte básica de informações, que são os registros administrativos. O Sistema Estatístico Nacional (SEN) é a prática dessa diretriz, pois agrega diversos órgãos que trabalham com dados estatísticos de todos os setores. Além dessa função, o Instituto conta com a Escola Nacional de Ciências Estatística (ENCE) que mantém todos os requisitos do ensino público superior (ensino, pesquisa e extensão), cuja pesquisa fundamenta discussões que podem ser incorporadas no seu fazer (Senra, 2009).

A partir do estatuto de Fundação (que segue até hoje), o IBGE passa a ser interdisciplinar, com profissionais de diversas formações atuando ao lado de estatísticos e geógrafos. O órgão vai passando do caráter técnico-administrativo para técnico-científico, como uma instituição de pesquisa (Camargo, 2009). Isso se reflete na variedade das fontes de informação e produtos informacionais, quando além dos censos e registros administrativos, há o trabalho com pesquisas amostrais nas estatísticas primárias e mais os estudos e análises, algumas mostradas adiante.

O SEN reúne agências produtoras de estatísticas no país e o Instituto é designado como coordenador desse sistema.

Segundo QuintsIr (2019), a legislação estabelece que sejam definidos os planos estatísticos a cada cinco anos baseados no debate com a participação de produtores e usuários do SEN. Porém, o último plano sugerido é o de 1992, mas houve encontros em 1996, 2006 e 2016. Nesses planos, evidencia-se o sistema complexo da estrutura social regido por interesses, por vezes conflitantes, em que a informação pode direcionar ou priorizar um ou outro tema. Os ODS representam uma orientação no aprofundamento dessas discussões, pois já se estabeleceram áreas prioritárias.

3 O COMPROMISSO DO IBGE COM A AGENDA 2030

Em nível mundial, a integração do IBGE é bastante proeminente e, por isso, possui acordos de cooperação para o trabalho em estatística e geografia. O Brasil é membro da Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU), composta por 24 países-membros, eleito pelo Conselho Econômico e Social. A Divisão de Estatística da ONU (UNSD) foi criada em 1947 e tem como principal objetivo coordenar o sistema estatístico global. Mantém a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, criada no mesmo ano, sendo esta um órgão decisório. E é nesse nível que se compila e dissemina informação estatística global, desenvolve padrões e normas para as atividades estatísticas, bem como realiza revisões sistemáticas de metodologias. As classificações, de onde saem recomendações internacionais, permitem fazer uma leitura padronizada para comparar estatísticas entre países. Cabe ressaltar que os estudos e análises consideram as diretrizes de outras entidades globais e internacionais pós-guerra, que,

segundo Porcaro (2001, p. 3) possuem “forte poder de pressão”, como Unesco, *World Bank*, *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), entre outras.

Os temas prioritários e conceitos subjacentes à Agenda 2030 podem ser objetos de discussão e críticas em alguns pontos; mas as sentenças dos 17 ODS não devem ter contraponto já que se trata de questões planetárias consolidadas entre ciência, Estado e sociedade civil. A principal contribuição de uma instituição estatística e geográfica é a geração de indicadores para a população e usuários especializados acompanhar os ODS.

Considera-se que o desenvolvimento sustentável abrange, além das condições ambientais, o crescimento econômico a qualquer preço, inclusive nas políticas de governo, que ignora tanto as consequências ecológicas quanto os efeitos sociais e econômicos na sociedade. Aqueles em posição desfavorável quanto à distribuição de recursos, como as comunidades tradicionais e grupos étnicos e raciais, são afetados de forma mais abrupta em momentos de crise. A contribuição da pesquisa estatística permite mensurar os efeitos das dinâmicas sociais e econômicas de determinada região ou país.

Antes da elaboração da Agenda 2030, como resultado de entrevistas com interlocutores do SEN, Gracioso (2004) identificou a lacuna com o tema meio ambiente. Aparentemente, essa preocupação foi trabalhada e ganhou relevância no cenário local e global, notado pela variedade atual de informações estatísticas e geográficas geradas na temática. A Classificação de Informação Estatísticas é um

instrumento de análise que também permite perceber tendências. Quintstr (2019) identifica que muitos temas presentes na Classificação foram mudando ao longo do tempo a depender dos debates da agenda nacional. Segundo Quintstr (2019), subtemas como Ciência, Tecnologia e Inovação; Condições de vida, pobreza e desigualdade; Gênero; e Sociedade da Informação representam os interesses mais atuais sobre as desigualdades sociais e de gênero e as transformações tecnológicas.

Atualmente, o IBGE mantém, junto com a Secretaria Especial de Articulação Social, a página com o acompanhamento dos indicadores dos ODS. Para ter acesso aos dados completos os usuários são encaminhados para as tabelas do Sistema de Recuperação Automática (Sidra)², indicando a instituição responsável por aquele dado, quando não for o IBGE.

Como os objetivos estão interconectados, é evidente que as fontes de informação relacionadas a cada um deles não são estáticas e classificadas rigorosamente, mas na maioria o foco está nos temas atribuídos aos Objetivos, o que serve de importante guia para a pessoa profissional da informação contribuir com o cumprimento da Agenda 2030.

4 A INFORMAÇÃO TECNO-CIENTÍFICA DO IBGE

Tratando do fluxo da ciência, Muller (2003) destaca que a compreensão dos fenômenos necessita que a percepção da

² O objetivo deste banco é armazenar os dados das pesquisas do IBGE, que estão organizados em tabelas, de forma agregada.

realidade esteja correta. Para isso, o saber científico, gerado a partir de regras metodológicas e controladas por um campo é reconhecidamente confiável justamente por passar pelos processos de revisão, aceitação e acareação das informações que estão sendo geradas.

Mesmo o padrão de divulgação da literatura técnico-científica estar em constante mudança, os processos de validação do conhecimento científico ainda permanecem minimamente estáveis ao longo do tempo. Embora as informações produzidas por um órgão estatístico e geográfico não passem pelos mesmos processos daquelas realizadas nas universidades e tradicionais centros de pesquisa, há outros sistemas que fazem o papel de validador ou para os quais a instituição deve prestar contas.

A confiabilidade e a credibilidade das informações estatísticas oficiais são construídas por redes de pessoas e instituições com forte perfil técnico e científico de caráter multidisciplinar que encontram na estatística a disciplina central para manter a coerência e integridade do todo. Outro fator que forma esse critério é da estabilidade e consistência por seguir os mesmos procedimentos e métodos ao longo do tempo (Schwartzman, 1996). Isso diz respeito à geração de dados para o Estado, ou seja, independente de interesses do governo ao qual está submetido, a não ser as negociações de recursos que toda instituição pública necessita.

As categorias estatísticas são definidas por “escolhas” justificadas por um arcabouço teórico. Isso quer dizer que as classificações (como as étnico-raciais), são construídas de acordo com leis, normas sociais, hipóteses, esquemas teóricos

etc. (Feijó; Valente, 2005). Usuários e produtores de informações estatísticas definem a agenda estatística em debates envolvendo representantes do governo e da sociedade civil, cientistas e acadêmicos interessados nos conceitos utilizados, e ainda os estatísticos e outros profissionais que realizam os testes metodológicos. As decisões que embasaram as pesquisas e estudos geralmente não são unanimidade, mas essa é uma característica fundamental da informação tecno-científica. E ainda, as fontes de informação que contextualizam as pesquisas e estudos do IBGE são aquelas que já tiveram certa consolidação no fluxo tradicional da comunicação científica, ou seja, são temas e objetos que já foram abordados em meios que validaram o fenômeno que será pesquisado.

Historicamente, segundo Schwartzman (1996, p. 2), “[...] a estatística pública tinha que obter legitimidade aos olhos de seus patrocinadores, e para isso tinha que se estabelecer como uma disciplina científica confiável e como um empreendimento prático”. A rede de pessoas, instituições, bem como equipamentos e instrumentos, compõem o processo de geração e divulgação da informação estatística, cujo caminho é composto por traduções entre os atores.

De acordo com a classificação da informação científica que já se tornou complexa pelos movimentos tecnológicos baseados na web, mas que orienta nesse caso, o Instituto produz um tipo de informação no âmbito da comunicação formal, pois é oficial. Os canais formais são aqueles em que a pesquisa já está mais avançada e os meios de divulgação passam por análises e avaliações do campo do conhecimento

para ser publicada (Muller, 2003).

Os dados estatísticos são baseados em uma pesquisa, e na etapa de divulgação é preciso identificar essa fonte para que os usuários tenham condições de conhecer os seus aspectos metodológicos e conceituais para interpretá-lo de forma crítica e ética. Essas informações técnicas são publicadas de maneira transparente no portal do Instituto. O desafio, considerando esse processo, é alcançar o público além daqueles especializados. Para a divulgação devem ser levados em conta tanto o conteúdo quanto a forma.

Sobre o conteúdo, as análises mostram padrões, movimentos ou tendências dos dados. Com isso, há fontes que contém dados já trabalhados para que facilitem a identificação dos seus aspectos mais relevantes do tema em questão. Em relação à forma, os recursos estão em constante aprimoramento para se adaptar aos novos meios de leitura e obtenção de informação. Por exemplo, os infográficos presentes nas publicações com resultados e outros estudos funcionam como resumos informativos sobre os dados e cuja apresentação pretende facilitar a reelaboração da informação, seja através de novas pesquisas, pautas para comunicação social, discussões em movimentos sociais, entre outros.

A produção de informação do IBGE é numerosa e permite produzir indicadores de qualidade sobre os temas ligados aos ODS. Os indicadores podem servir de ponto de partida para análises e estudos em outros contextos técnicos e científicos, e compõem outras fontes de informação. A seguir, demonstra-se os principais recursos que a Instituição desenvolve em seu fazer técnico-científico e alguns desafios

para que a ampla cobertura das unidades de análises seja confiável e atualizada.

Conforme já mencionado, o Censo Demográfico é uma das principais operações estatísticas pela sua magnitude em termos de cobertura e esforços de alianças institucionais. Um dos desafios é garantir que todas as pessoas respondam, sendo necessário criar uma identidade baseada na confiança. Por serem dados coletados de 10 em 10 anos e considerando que o último foi em 2010, em determinado momento as informações passar a ter lacunas em sua atualização. Com a pandemia de COVID-19, o Censo de 2020 foi adiado devido às medidas de distanciamento necessárias e iniciou-se uma movimentação para viabilizar metodologicamente a operação em meio às incertezas causadas por esse evento. Além disso, por questões orçamentárias, a coleta foi adiada por ainda mais um ano e começou apenas em 2022. Com a cobertura do período será possível identificar as principais questões sociodemográficas do País e o impacto da pandemia na vida das pessoas. Por isso, essa operação constitui uma valiosa fonte de informação para fundamentar com evidências as análises envolvendo as questões planetárias sugeridas nos ODS.

As categorias, classificações e noções terminológicas e linguísticas têm o percurso marcado pelo conhecimento eurocêntrico e anglo-saxão, assim como a ciência e tecnologia hegemônica. Porém, novas orientações teóricas estão buscando pensar a representação da realidade de acordo com o contexto social dos países do Sul global. Diferente do último Censo em 2010, para o Censo Demográfico 2022, por exemplo,

houve a necessidade de levantar informações sobre o pertencimento étnico-racial da população quilombola, domiciliada em áreas pré-cadastradas pelo IBGE. Uma base de dados com informações sobre a população indígena e quilombola foi divulgada em 2020, com vistas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, contribuindo com o mapeamento da diversidade que compõe a configuração político-administrativa do território brasileiro.

Além dessa operação, oferecendo um panorama da variedade e interdisciplinaridade de outras fontes de informação do IBGE, são apresentados estudos e pesquisas selecionados com abordagens associadas a cada um dos ODS (Quadro 1). Muitos desses perpassam mais de um objetivo até pela natureza interconectada com que os ODS foram pensados.

Quadro 1 – Seleção de fontes de informação produzidas pelo IBGE ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Fontes de informação estatística e geográfica do IBGE
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.	Síntese dos indicadores sociais; Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (Rendimento de todas as fontes).
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos	Pesquisa Nacional de Saúde – PNS; Pesquisa Nacional de Saúde do

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Fontes de informação estatística e geográfica do IBGE
em todas as idades.	Escolar – PeNSE
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (Educação).
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	Estatísticas de Gênero; Síntese dos indicadores sociais.
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.	Contas Econômicas Ambientais da Água – CEAA; PNAD Contínua (Características gerais dos domicílios e dos moradores).
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	PNAD Contínua (Características gerais dos domicílios e dos moradores).
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.	PNAD Contínua (Trabalho de crianças e adolescentes; Características adicionais do mercado de trabalho).
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA Empresa; PIA – Produto.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Base de dados sobre povos indígenas e quilombolas; Atlas Digital Brasil.
12. Assegurar padrões de produção	Pesquisa de Inovação – PINTEC.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Fontes de informação estatística e geográfica do IBGE
e de consumo sustentáveis.	
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	Populações em áreas de risco no Brasil; Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil.
14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.	Contas de ecossistemas; Espécies ameaçadas de extinção no Brasil; Contas Econômicas Ambientais.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic; Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic; PNAD Contínua (Acesso à Internet e televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal); Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Sistema de Contas Nacionais – SCN; Pesquisa de Inovação – Pintec; PNAD Contínua (Acesso à Internet e televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal).

Fonte: elaboração própria.

O portal do IBGE na Internet concentra as informações produzidas e as bases com os dados de suas operações

estatísticas e geográficas de forma acessível, porém nota-se que o volume e a complexidade destas podem ser um entrave para torná-las acessíveis. É evidente que a biblioteca disponibiliza, além de estudos e pesquisas produzidas pelo Instituto, uma gama de materiais sobre os temas pertinentes às suas atividades, e estão em boa parte digitalizados.

Alguns sites do portal mantêm recursos que permitem ter uma visão mais sucinta sobre alguns dados. Esse é o caso do IBGE Cidades, onde apresenta dados de diferentes pesquisas sobre os municípios brasileiros. Com essa mesma ideia, no site chamado *Países* é possível conhecer e comparar os indicadores das fontes oficiais dos países reconhecidos pela ONU. Daí a necessidade de seguir metodologias e princípios internacionais da produção de estatística. Outro projeto relevante para atingir públicos não-especialistas é o IBGE Educa que disponibiliza conteúdo para crianças, jovens e professores.

Esse modelo de disseminação, em que os recursos informacionais estão disponibilizados em formato digital e apenas uma pequena parte permanece em sua forma física, incita a discussão de como essas informações podem ser democratizadas e o que pode orientar as pessoas bibliotecárias em sua atuação profissional.

5 COMPREENDER QUESTÕES DE ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

A disponibilização e democratização dos recursos do IBGE, ou seja, tornar acessível aos mais variados públicos, é

uma ideia que precisa ser trabalhada com a abordagem centrada no usuário em seus aspectos sociais. As questões chave que o colocam como protagonista nesta análise, considera-se a reconfiguração do campo de estudos de usos e usuários da informação, levantado por Araújo (2017). As pesquisas na área, em uma visão tradicional, consideram apenas a realidade institucional, geralmente ligada a uma biblioteca ou centro de informação para compreender a pessoa estudada, além de desenvolver uma tipologização de acordo com sua função, profissão, manifestação etária ou de gênero. Contra esse conceito que leva ao comportamento informacional, ou seja, quando o sujeito busca uma informação a partir de uma necessidade, os estudos críticos propõem a “*práxis informacional*”. Com o conflito no centro da realidade humana, “[...] passa-se a problematizar não mais o que o usuário quer ou seu grau de satisfação com a biblioteca e os serviços de informação, mas as diferenças estruturais no acesso à informação, a possibilidade de estruturação de necessidade de informação, entre outros” (Araújo, 2017, p. 137).

Mesmo na área específica do Instituto, Senra (2009, p. 335) menciona o passado em que a informação estatística não refletia a centralidade do usuário que atualmente é tão fundamental para cumprir a missão institucional.

Vale dizer, no preparo dos produtos (e serviços) de divulgação (disseminação), os usuários eram pouco, ou nada, ouvidos, em seus interesses e em suas necessidades; seguia-se oferecendo as estatísticas em tradicionais publicações, com um sem-número de tabelas, quando muito, se

atendia a alguns poucos, privilegiados, com as chamadas tabulações especiais (diferentes das divulgadas nas publicações), e a alguns muito raros se “dava” fitas magnéticas, para processamentos em computadores potentes (grande porte). (Senra, 2009, p. 335).

A International Federation of Library Associations and Institutions (2015) tem dado atenção à Agenda 2030 e acompanhado as práticas e diretrizes dos países participantes focando na ideia de que as bibliotecas podem impulsionar o progresso na implementação dos ODS. A pessoa profissional da informação, de acordo com Muller (2003) tem seu trabalho baseado no conhecimento e uso das fontes de informação, principalmente sobre a literatura científica, que é o que está mais distante em termos de acesso e competência de uso pelo público, porque esta reflete as características próprias da ciência e tecnologia moderna.

É relevante salientar que a Internet é um dos meios em que a difusão das informações acontece com mais ênfase, gerando novos formatos e dinâmicas. As barreiras para efetivar o uso e apropriação desses recursos de informação tem a ver com infraestrutura, capacitação e uso consciente das TIC. De acordo com dados recentes de pesquisas conduzidas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2020; 2021), as bibliotecas são os principais locais de instalação de telecentros, o que indica um caminho de apoio à infraestrutura de acesso à informação e conhecimento. E em 2020, a disponibilização de wi-fi também foi ampliada nas bibliotecas públicas. No entanto, dentre os equipamentos culturais existentes no

Brasil, as bibliotecas estão em destaque entre aqueles que não utilizaram a Internet e tem as menores faixas de velocidade nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa.

Essa realidade é um entrave no acesso, que está ligado à infraestrutura e difusão dos artefatos. As oportunidades geradas pelas inovações tecnológicas dependem do uso que se faz delas e de que forma afetam o desenvolvimento profissional e a vida das pessoas. É crucial, segundo Castaño Colado (2008), que as inovações sejam utilizadas em função das necessidades e interesses específicos dos indivíduos, como é o caso das mulheres e meninas (que estaria ligado ao ODS 5). Nesse espectro, com a pluralidade nas formas de geração de informação, é necessário ainda reconhecer os interesses, visões de mundo e valores das fontes para então fazer uso ético e consciente.

Deve-se ter em mente que o acesso às TIC não é igualitário. No Brasil, convivem realidades distintas de acesso e uso da informação por grupos e comunidades. Além de contar com a infraestrutura de TIC, o usuário (que pode ser instituição, pessoa etc.), pode encontrar barreiras de uso que evidenciam as diferentes oportunidades e inserção na sociedade baseada em informação. Segundo Garrido, Fellows e Norlander (2019), mesmo com o adequado acesso às TIC não é garantia que levarão à mudança social ou equitativa ou inclusiva.

Em relatório publicado pela IFLA, Garrido, Fellows e Norlander (2019) abordam a evolução de indicadores para acompanhar a problemática do acesso das três dimensões propostas pelo Marco para o Desenvolvimento e o Acesso à

Informação: a) infraestrutura e uso de conectividade – o avanço da infraestrutura de acesso às TIC foi evidenciado pelo aumento da abrangência da rede de banda larga móvel (significativamente mais barata do que a banda larga fixa) e cada vez mais usuários da Internet, principalmente nos países de renda média-baixa e baixa; b) contexto social da adoção e uso – ligada à educação, essa dimensão busca otimizar o acesso à informação. O nível de instrução é o principal indicador de como essa questão tem avançado. Há também o fato de em muitos países os jovens serem maioria entre os desempregados, subempregados e marginalizados; c) ambiente jurídico e político – proteger as liberdades fundamentais por meio do acesso à informação pública significa dar condições para que indivíduos participem da vida cívica, e criem conteúdos que reelaborem essas informações (pela pesquisa, no jornalismo etc.), ajudando outras pessoas. Aqui Garrido, Fellows e Norlander (2019) chamam atenção para a desigualdade econômica e social aliada à desinformação e manipulação das mídias digitais que favorecem forças autoritárias a interferirem negativamente em direitos políticos e liberdades civis.

Diante disso, um dos trabalhos da Biblioteconomia e Ciência da Informação está fortemente ligado a gerenciar ações que divulguem as informações estatísticas e geográficas, para, por meio de evidências, ampliar o acesso sobre a realidade do país em que vivemos. De modo a lidar com as lacunas de acesso e competência que limitam o exercício da cidadania, as atitudes devem contemplar desde a seleção de materiais ao oferecimento de meios de acesso e uso às TIC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o papel do IBGE na produção de informações para retratar o País, conforme exposto nas outras seções, as tipologias de fontes de informações devem ser observadas a fim de pessoas em diferentes contextos tenham acesso aos dados, pesquisas e estudos, considerando as particularidades e limitações da informação tecno-científica. O desafio então é que os públicos específicos se apropriem dessas informações geradas pelo próprio Estado brasileiro.

As informações estatísticas apresentam padrões e movimentos de um determinado tema e são úteis para elaboração das características principais de um fenômeno. No caso da pandemia de COVID-19, a comparação das informações coletadas antes de seu início com atuais permite conhecer e analisar como esse evento afetou outras questões sociais e econômicas. Em tempos em que os direitos humanos têm sido questionados em suas acepções mais básicas, ter em mãos dados confiáveis e fidedignos torna o processo de produzir, compartilhar e divulgar informação voltado à potencialidade de diversificar as fontes de informação para construção do conhecimento ético e legal.

Diante das mudanças tecnológicas e novas formas de leitura e publicação, atender a demanda de usuários de diferentes competências e habilidades significa apresentar a informação para que o público atue em seu contexto social, para além da pessoa especialista. E no segundo nível, profissionais da informação devem ter em mente as desigualdades de acesso e uso das TIC para não desperdiçar recursos e, por fim, contribuir para que dados confiáveis e

atualizados estejam à frente de informações falsas ou tendenciosas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Protagonismo como categoria analítica em estudos de usuários da informação. *In*: GOMES, H. F. *et al.* (org.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIANCHINI, Z. M. Princípios fundamentais das estatísticas oficiais. *In*: SEMINÁRIO AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS [...], 2014, Brasília, DF. **Seminário: avaliação em políticas públicas**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2014. 61 slides. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2034/2/2.%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o_IBGE_Zelia%20Bianchini.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

CAMARGO, A. P. R. A história da geografia no IBGE: um preâmbulo. *In*: SENRA, N. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42899.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CASTAÑO COLLADO, C. La segunda brecha digital y las mujeres. **Revista Telos**, Madrid, p. 1-11, abr./maio 2008. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero075/la-segunda-brecha-digital-y-las-mujeres/?output=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FEIJÓ, C.; VALENTE, E. As estatísticas oficiais e o interesse público. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 43-54,

2005. Disponível em: http://www.icad.puc-rio.br/cfeijo/pdf/artigofeijo_e_valente.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

GARRIDO, M.; FELLOWS, M.; NORLANDER, B. Progresso rumo a um significativo acesso à informação, e ameaças emergentes. *In*: GARRIDO, M.; WYBER, S. (ed.).

Desenvolvimento e acesso à informação 2019. Haia: The Hague: International Federation of Library Associations and Institutions – IFLA, 2019.

GONÇALVES, J. M. M. **IBGE**: um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. (Memória institucional, 5). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25506.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GRACIOSO, L. S. Produção e disseminação da informação estatística brasileira: uma análise qualitativa. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 34-47, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23498>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MULLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In*: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG,

2003. p. 21-34.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (ed.). **Pesquisa sobre centros públicos de acesso à internet no Brasil: TIC centros públicos de acesso 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20200707095230/tic_centros_publicos_de_acesso_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (ed.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros: TIC Cultura 2020**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/2/20210616181537/tic_cultura_2020_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

PORCARO, R. M. A informação estatística oficial na sociedade da informação: uma (des)construção. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [s. l.], v. 2, n. 2, abr. 2001. p. A04. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/4941>. Acesso em: 21 jul. 2023.

QUINTSLR, M. A. A Classificação de Informações Estatísticas: conhecimento sobre a sociedade a partir das estatísticas oficiais. In: BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. UFPA, 2019. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 5). Livro eletrônico. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200758/001102764.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SCHWARTZMAN, S. **Legitimidade, controvérsias, traduções em estatística pública**. 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm#Conclus%C3%A3o:%20a%20sociologia%20da%20ci%C3%Aancia%20e%20o%20futuro%20das%20estat%C3%ADsticas%20p%C3%BAblicas>. Acesso em: 21 jul. 2023

SENRA, N. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42899.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CAPÍTULO 5

O ACESSO A INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS PARA TOMADA DE DECISÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Gerlaine da Rocha Braga

Catarina Felix dos Santos Soares

1 INTRODUÇÃO

No contexto nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se apresenta como um importante ator. Ela é uma das instituições responsáveis pelo fornecimento de dados para os indicadores necessários ao acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil.

O objetivo deste capítulo é demonstrar que a biblioteca também pode contribuir com o acesso às informações produzidas pelo IBGE no contexto dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Serão relatadas as ações que a Biblioteca Isaac Kerstenetzky do IBGE tem empreendido de maneira a melhorar a recuperação dos recursos bibliográficos publicados pelo Instituto sobre o tema.

Parte-se da hipótese de que o acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões conscientes que podem melhorar suas vidas, pois o cidadão

bem-informado passa a ter condições de conhecer, participar e reivindicar seus direitos, permitindo a tomada de decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. Nesse contexto, acredita-se no papel das bibliotecas enquanto agentes que podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento.

As informações produzidas pelo IBGE não apenas são acessadas, mas também podem gerar a capacidade crítica em indivíduos pertencentes a diversos setores da sociedade, permitindo caminhar em direção às transformações sociais a partir do uso das informações. Na experiência da Biblioteca Isaac é possível considerar seus produtos e serviços como um dos meios de acesso disponíveis para os IDS produzidos e documentados pelo IBGE, cujo primeiro acesso poderá ser realizado por meio do catálogo da Biblioteca.

Em outra oportunidade as autoras apresentaram o catálogo do Sistema de Bibliotecas do IBGE como meio de acesso aos indicadores de desenvolvimento sustentável produzidos pela Instituição para mensurar o alcance da Agenda 2030 da ONU no Brasil (Braga; Soares, 2019), o presente capítulo é a continuidade e a atualização deste trabalho.

Para tal, este capítulo está organizado da seguinte maneira: referencial teórico abordando a questão do acesso à informação pública no contexto da Agenda 2030; relato de experiência da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, com a subseção “O catálogo como meio de acesso às informações para transformação social[...]” , no qual as autoras buscam demonstrar as ações empreendidas pela Biblioteca para facilitar a recuperação dos recursos que versam sobre os IDS,

além de apresentar brevemente três fontes de informação sobre o assunto; e, por fim, são tecidas algumas considerações que concluem sobre a importância da participação ativa das bibliotecas, em especial daquelas vinculadas a órgãos produtores de informações públicas, no sentido de tomarem decisões em prol da melhoria do acesso às informações produzidas. Considerando que nesse contexto a capacidade técnica do profissional bibliotecário não pode ser dispensada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Os ODS são uma continuidade dos Objetivos do Milênio, implementados em 2000 para o prazo de 15 anos, da Organização das Nações Unidas (ONU). Também conhecidos por Agenda 2030, os ODS são compostos por 17 objetivos distribuídos em 169 metas, que objetivam estimular a ação para os próximos anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (Nações Unidas Brasil, 2022).

Nesse contexto, dentro do ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o Brasil manteve a meta 16.10 sem alterações, esta meta consiste em “16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”, destacando-se como conceito importante o acesso à informação, que: “[...] é o direito, previsto na Constituição Brasileira, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes,

informações públicas por eles produzidas ou custodiadas” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019).

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) reconhece a competência das bibliotecas enquanto agentes que podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento, tendo lançado um conjunto de ferramentas para apoiar o trabalho de *advocacy* para a inclusão das bibliotecas e do acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais para contribuir com o cumprimento da Agenda 2030 da ONU (International Federation of Library Associations and Institutions, 2015).

No Brasil, o IBGE é o principal órgão do poder público provedor de informações sobre o país, sendo inclusive um dos responsáveis por fornecer dados para os indicadores necessários ao acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil.

Inicialmente o IBGE era, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão de assessoramento técnico permanente da Comissão Nacional para os ODS, que tinha por objetivo principal internalizar, difundir e dar transparência às ações relativas aos ODS. Entretanto, com a extinção da Comissão (Brasil, 2019a), o Governo Federal, apesar de considerar “[...] que a implementação da Agenda 2030 requer um conjunto coordenado e coerente de políticas e ações”, optou por um modelo de governança articulado em torno da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR), e estabeleceu que a implementação da Agenda 2030 no Brasil (Brasil 2019b) é de competência da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) da SEGOV-PR (Braga; Soares, 2019; Brasil, 2020).

De acordo com a International Federation of Library Associations and Institutions (2018, p. 3, grifo nosso)

[A] agenda de 2030 da ONU é um marco inclusivo [...] As bibliotecas são instituições fundamentais para se alcançar esses objetivos. **O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões conscientes que podem melhorar suas vidas.** As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura, a pesquisa e a inovação.

Sob a perspectiva dos direitos fundamentais e do acesso à informação para a cidadania, Indolfo (2013) afirma que o cidadão bem informado passa a ter condições de conhecer, participar e reivindicar seus direitos, permitindo a tomada de decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. “Dessa forma, o acesso à informação, além de ser cada vez mais reconhecido, em várias partes do mundo, como um direito, torna-se essencial para a consolidação não só dos direitos políticos, mas, também, dos econômicos e sociais” (Indolfo, 2013, p. 7).

Nesse mesmo sentido, Martins e Presser (2015, p. 145) explicam que o acesso à informação conduz às transformações sociais a partir do seguinte caminho:

[...] o acesso à informação permite a ampliação do conhecimento das pessoas, o que gera a promoção de maior consciência política, ou consciência possível (desenvolvimento humano individual), que conseqüentemente promove o exercício da cidadania responsável (democracia

deliberativa) que, por seu turno, leva às transformações sociais (desenvolvimento humano coletivo). Logo, o acesso à informação pode ser considerado elemento basilar de todo o desenvolvimento social.

Martins e Presser (2015) advertem, entretanto, que apenas o acesso à informação não garante a promoção da cidadania, é necessário estabelecer um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade com mais oportunidades para todos, ou seja, é preciso haver capacidade para apreender e usar a informação.

Em matéria especial sobre os dados do censo demográfico 2000 e cidadania, a revista Vou te Contar, publicada pelo IBGE, buscou entrevistar representantes de instituições de pesquisa, da ONU e de uma organização da sociedade civil que relataram sobre a importância dos dados do censo para a construção de projetos, políticas e avaliações. Na ocasião, a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destacou a importância das informações para a construção dos relatórios da instituição. Uma ONG que, dentre várias ações, promovia a capacitação de mulheres para intervirem nas políticas públicas destacou que usava dados sociodemográficos do censo sobre o perfil das mulheres responsáveis por domicílios para discutir a realidade com as mulheres atendidas pela ONG. Em relação à saúde pública, o representante da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz relatou usar dados do IBGE associados com outras variáveis para produzir levantamentos de necessidades de suporte social a pessoas com deficiência, por exemplo

(Construindo..., 2003). Esses breves relatos permitem perceber que as informações produzidas pelo IBGE não apenas são acessadas, mas também geram capacidade crítica em indivíduos pertencentes a diversos setores da sociedade, permitindo caminhar em direção às transformações sociais a partir do uso das informações.

Considerando que no IBGE, à Biblioteca Isaac Kerstenetzky compete organizar, preservar e disseminar a produção bibliográfica institucional, sob a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais (GEBIS) do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), seus produtos e serviços podem ser considerados um dos meios de acesso disponíveis para os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) produzidos e documentados pelo IBGE, cujo primeiro acesso poderá ser realizado por meio do catálogo do Sistema de Bibliotecas do IBGE (IBGE, 2022a).

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA ISAAC KERSTENETZKY

O IBGE tem por missão:

[...] retratar o País, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, da análise, da pesquisa e da disseminação de informações de natureza estatística-demográfica e socioeconômica, geocientífica, geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. (Brasil, 2021).

Dentre suas principais funções estão: a produção e análise de informações estatísticas e geográficas, bem como

sua coordenação e consolidação, estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais, documentação e disseminação de informações, e a coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais (IBGE, [201-?]).

O IBGE, no âmbito de suas competências, é um dos responsáveis pela produção dos IDS para o Brasil. Esses constituem um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões: ambiental (atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento), social (população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança), econômica (quadro econômico), e institucional (quadro institucional e capacidade institucional).

A conquista do desenvolvimento sustentável, atualmente uma aspiração de abrangência global, toma feições concretas em cada país: nasce de suas peculiaridades e responde aos problemas e oportunidades de cada nação. A escolha dos indicadores de desenvolvimento sustentável reflete as situações e especificidades de cada país, apontando, ao mesmo tempo, para a necessidade de produção regular de estatísticas sobre os temas abordados. (IBGE, 2015, p. 12).

Cumpre esclarecer que indicadores consistem em:

[...] ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento

sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador. (IBGE, 2017).

No Brasil algumas fontes de informação foram especialmente desenvolvidas para veicular os IDS para a Agenda 2030, no quadro 1 a seguir destacam-se três delas, onde podem ser consultados os indicadores estabelecidos para o acompanhamento de cada uma das metas.

Quadro 1 – Fontes de informação para o acompanhamento dos IDS

Fonte	Acesso	Sobre
ODS Brasil (IBGE e Secretaria de Governo)	https://odsbrasil.gov.br/	Veicula notícias gerais e sobre eventos, vídeos e tabelas sobre os IDS.
Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA	https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas	No seu conjunto, o IDS é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Veicula tabelas relacionadas aos IDS.
ODS (IPEA)	https://www.ipea.gov.br/ods/	Veicula notícias, vídeos, publicações institucionais e tabelas sobre os IDS.

Fonte: Compilado pelas autoras (2022).

A primeira fonte indicada no quadro 1, ODS Brasil, é um site no qual podem ser consultadas informações sobre o status dos indicadores para cada uma das metas dos ODS: se existem

indicadores produzidos, se estão em análise/construção, aqueles que ainda não possuem dados, e as metas que não se aplicam ao Brasil. Para os indicadores existentes é possível consultar os dados diretamente na plataforma, alguns incluem gráficos e tabelas, além da ficha metodológica sobre a produção do indicador. É possível ainda verificar nesta fonte que existem um total de 254 indicadores, sendo 111 já produzidos, 79 em análise/construção, 54 ainda sem dados e 10 que não se aplicam ao Brasil. Também é possível consultar o status dos indicadores por objetivo (IBGE, 2022b).

O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) como um todo é uma fonte de informação fundamental para os usuários do IBGE. O SIDRA é um banco de tabelas estatísticas onde são armazenadas tabelas contendo os dados agregados (dados que não identificam o informante) das pesquisas que o IBGE realiza. Ele é interativo e permite que o usuário selecione os dados desejados, gerando tabelas e gráficos para download. Possui uma página dedicada aos IDS na qual estão localizadas as tabelas com os indicadores.

A fonte ODS (IPEA), por sua vez, diferentemente dos outros, dispõe de publicações textuais elaboradas pelo Instituto, os Cadernos ODS, uma publicação criada pelo Ipea para divulgar estudos e pesquisas que visam contribuir para o esforço nacional de alcançar os desafios da Agenda 2030. Além disso, o site possui links para os IDS de cada meta divulgados na primeira fonte mencionada no quadro 1, ODS Brasil.

Como dito anteriormente, acredita-se que, além desses canais mencionados no quadro 1, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky do IBGE também pode contribuir com o acesso às

informações produzidas no contexto dos IDS, pois a Biblioteca é a responsável por organizar, preservar e disseminar a produção bibliográfica institucional, constituindo-se, portanto, como um dos canais de acesso à informação produzida pelo Instituto. A Biblioteca pode contribuir não apenas com a função de auxiliar os usuários nas pesquisas nessas fontes de informação citadas no quadro 1, mas também de forma indireta por meio da representação dos recursos no catálogo.

Felix *et al.* (2019) discorrem sobre a trajetória da Biblioteca Isaac Kerstenetzky. Inicialmente vinculada aos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística no final da década de 1930, passou a ser ligada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento e, mais recentemente, ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) do IBGE. Atualmente, a acelerada atividade de produção e disseminação é um desafio adicional para os bibliotecários da Instituição, sendo constante a empreitada de acompanhar e armazenar as informações que são produzidas. A Biblioteca caracteriza-se por constituir não um simples depósito de livros, mas um centro de disseminação para a sociedade.

Zanotto (2011) afirma que o IBGE mantém um intenso programa de disseminação de suas pesquisas e levantamentos, utilizando-se de diversos tipos de mídias informacionais: impressos, CDs e documentos disponíveis somente online. Avaliando o impacto da produção estatística nacional por meio de medidas bibliométricas de análise de citações de informações publicadas pelo IBGE encontradas na base de dados internacional *Web of Science*, no período de 2001 a 2009, constatou, em análise de 3.272 citações, em 2.571

documentos, das duas grandes áreas de pesquisa do IBGE: a Geografia e a Estatística, que os temas dos documentos publicados pelo IBGE mais citados são aqueles que versam sobre: população (31,14%), informações socioeconômicas e geográficas¹ (22,25%) e agropecuária (13,14%).

Quanto às publicações mais citadas, Zanotto (2011) identificou 189 sobre o tema trabalho e rendimento, oriundo da pesquisa nacional por amostra de domicílios. Levando este dado em consideração, e também por ele fazer parte de uma das dimensões, a social, que corresponde aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, considera-se que há um uso efetivo de informações relacionadas à melhoria da qualidade de vida e à justiça social (IBGE, 2015).

Acredita-se que o acesso à informação é um agente transformador da realidade, sendo assim, e nesse contexto, o catálogo do Sistema de Bibliotecas do IBGE constitui-se como um dos meios de comunicação entre o acervo documental produzido pela Instituição e seus usuários, propiciando a estes a possibilidade do conhecimento de sua realidade para que então ela possa ser modificada. Tendo assim o trabalho do catalogador uma função social, e não meramente técnica.

4 O CATÁLOGO COMO MEIO DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O primeiro contato com a informação, considerando a

¹ Categoria criada por Zanotto (2011) para reunir de forma genérica documentos que não possibilitaram a identificação e classificação claras nas áreas e temas do IBGE.

vasta documentação produzida pelo IBGE, poderá ser realizado por meio da consulta ao catálogo do Sistema de Bibliotecas do Instituto. Assim, destaca-se a importância da escolha dos metadados atribuídos à documentação catalogada, no sentido de que são essenciais para a adequada recuperação dos recursos informacionais pelos diversos públicos que deles se utilizam.

Nesse âmbito, representar as informações produzidas pelo IBGE torna-se um desafio constante, não somente em caracterizar os registros do conhecimento, individualizando-os, mas em reuni-los e relacioná-los de modo a atender à diversidade de usuários. Destaca-se, por conseguinte, o papel fundamental exercido pelos bibliotecários, que ao tomar decisões com foco nos usuários do catálogo podem tornar a informação recuperável e acessível.

Mey e Silveira (2009, p. 7) definem catalogação como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Tais mensagens estão contidas no catálogo, o qual deve ser um instrumento eficiente e efetivo que permita aos usuários: **encontrar** recursos informacionais numa coleção, como resultado de uma busca utilizando atributos ou relacionamentos das entidades; **identificar** um recurso informacional ou a responsabilidade buscada; **selecionar** um

recurso informacional apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou **obter** acesso ao item descrito; e, navegar e **explorar** o acervo (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017).

Dessa maneira, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky tomou a iniciativa de repensar os assuntos atribuídos às publicações que versavam sobre os ODS, de modo a auxiliar na recuperação desses recursos de forma mais efetiva no catálogo. Decidiu-se por criar um registro de autoridade para o termo *ODS* com a seguinte estrutura de dados, expressa no padrão *Machine-Readable Cataloging* (MARC) 21 autoridades:

Quadro 2 – Estrutura dos dados de autoridade “ODS” no catálogo

110	2 #	§a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
410	2 #	§a ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) §a ODS §a Sustainable Development Goals §a Agenda 2030
510	2 #	§a Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: Catálogo do Sistema de Bibliotecas do IBGE (2022a).

Além deste, foram criados também registros de autoridade para ODS específicos, como o ODS 5, por exemplo:

Quadro 3 – Estrutura dos dados de autoridade “ODS 5” no catálogo

110	2 #	§a ODS 5 Igualdade de Gênero
410	2 #	§a Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 Igualdade de Gênero
510	2 #	§a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Catálogo do Sistema de Bibliotecas do IBGE (2022a).

Em ambos os quadros, 2 e 3, o campo 110 indica o ponto de acesso autorizado; o campo 410 a remissiva “ver”; e o 510 a remissiva “ver também”. Possibilitando uma recuperação do ponto de acesso autorizado caso o usuário utilize os termos designados nas remissivas como termos de busca.

Essa reformulação permitiu atribuir como assunto aos recursos que tratam desses temas os registros de autoridade criados, como na representação da publicação “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (IBGE, 2021), por exemplo.

Assim, é possível perceber a importância social desempenhada pelo catálogo enquanto ponte de acesso entre o cidadão/usuário e a informação pública que poderá transformar sua realidade a partir do conhecimento dessas informações.

5 CONSIDERAÇÕES

No contexto da meta 16.10 da Agenda 2030, se faz relevante a participação ativa das bibliotecas, em especial daquelas vinculadas a órgãos produtores de informações públicas, no sentido de tomarem decisões em prol da melhoria do acesso às informações produzidas. Pois é um direito, previsto na Constituição Brasileira de 1988, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

A disseminação da informação estatística foi

classicamente pensada para que pessoas com formação técnico-científica, ou seja, os pares de seus produtores, a consumissem. Portanto, a linguagem dessa informação era demasiada especializada. Silva (2005) afirma, entretanto, que as alterações das economias nacionais vivenciadas no último século, amplificadas pelas “novas” tecnologias de informação e comunicação romperam com a disseminação pensada apenas para o usuário clássico, pois propiciaram, além de outras coisas, a ampliação do número de usuários. Jannuzzi e Gracioso (2002, p. 93) afirmam que a informação estatística ganhou assim

[...] um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira, na avaliação dos avanços ou retrocessos das condições de vida da população, no apontamento da eficácia ou ineficácia das políticas públicas e na defesa técnica quanto às prioridades sociais a atender.

No contexto do IBGE, ter como áreas finalísticas a estatística e as geociências, permite complementar a análise e reflexão das informações estatísticas com as características de território, de modo a potencializar a compreensão da sociedade dos resultados obtidos nas operações estatísticas (IBGE, 2015).

Portanto, é possível considerar, que o acesso à informação e o desenvolvimento de habilidades informacionais promovem o empoderamento do cidadão e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, possibilitando a transformação social. Esse acesso inicial, que muitas vezes pode se dar por meio dos produtos e serviços

ofertados pelas bibliotecas, pode acontecer com ou sem a presença do bibliotecário no momento da consulta. Quando há o contato com o bibliotecário (seja esse contato real ou virtual, síncrono ou assíncrono) destaca-se a possibilidade do auxílio com a indicação e o manejo das fontes de informação. E, sem esse contato, se faz ainda mais relevante que a representação dos recursos no catálogo seja pensada de forma a permitir uma recuperação mais eficaz dos documentos. De uma forma ou de outra, a capacidade técnica do profissional bibliotecário não pode ser dispensada. É o que tem sido verificado na experiência da Biblioteca Isaac Kerstenetzky no IBGE.

Nesse sentido, representar as informações produzidas pelo IBGE torna-se um desafio constante. Destaca-se, por conseguinte, o papel fundamental exercido pelos bibliotecários – aqui em especial os catalogadores – que ao tomar decisões com foco nos usuários do catálogo podem tornar a informação recuperável e acessível, como aquela decisão sobre a criação de um registro de autoridade específico para os ODS na Biblioteca Isaac Kerstenetzky, relatada neste trabalho.

Além disso, se faz importante uma postura pró-ativa da Biblioteca junto à comunidade, de modo a auxiliar não apenas no acesso, mas também na apreensão e uso das informações produzidas pelo IBGE. Considera-se que nesse sentido ainda há um caminho a ser percorrido em busca da oferta de produtos e serviços que preencham essa lacuna.

Buscou-se neste capítulo refletir sobre o acesso à informação, mais especificamente à informação produzida no contexto do acompanhamento dos ODS no Brasil e o papel que

uma biblioteca tem no âmbito de uma instituição produtora de dados de tamanha relevância como o IBGE. Espera-se, enfim, que este texto possa inspirar ações proativas na representação e disponibilização de recursos informacionais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, G. R.; SOARES, C. F. S. O catálogo da Rede de Bibliotecas do IBGE como meio de acesso aos indicadores da Agenda 2030 para o Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 373-389, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1361/1191>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e remaneja cargos em comissão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 218, p. 24, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/11/2021&jornal=515&pagina=24&totalArquivos=325>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ed. Extra, n. 70-A, p. 5, 11 abr. 2019a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=5&totalArquivos=17>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, seção 1, n. 161, p. 8, 21 ago. 2019b. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/08/2019&jornal=515&pagina=8&totalArquivos=67>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Governança nacional para os ODS**. 09 dez. 2019c. Atualizado em 07 fev. 2020. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/governanca-nacional-para-os-ods#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20para%20os,da%20Agenda%202030%20no%20Brasil>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CONSTRUINDO a cidadania com os dados do censo. **Vou te contar**: a revista do Censo 2000, Rio de Janeiro, n. 10, p. 6-9, ago. 2003. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/154/vtc_2003_n10_ago.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

FELIX, C. *et al.* A Biblioteca Isaac Kerstenetzky: uma apresentação de sua trajetória. *In*: PRADO, C. R. do; BRAGA, G.; MALAVOTA, L. M. (org.). **Bibliotecas do IBGE: 80 anos de disseminação e democratização de informações sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101663.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INDOLFO, A. C. O acesso às informações públicas: retrocessos

e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53736>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica, n. 38). Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Indicadores Brasileiros para os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável: síntese da produção dos indicadores globais por objetivo (%). 2022a. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, n. 10). ISBN 978-85-240-4347-5. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: edição 2017.

Rio de Janeiro: IBGE-SIDRA, 2017. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Institucional. [201-?]. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Sistema de Bibliotecas do IBGE. 2022b. Disponível em:
<https://consultabiblioteca.ibge.gov.br/biblioteca/index.php>.
Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [Brasília, DF]: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Acesso e oportunidade para todos**: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas. The Hague: IFLA, 2018. Disponível em:
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. [Haia]: IFLA, 2015. Disponível em:
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model**: um modelo conceitual para a informação bibliográfica. Den Haag: IFLA, 2017. Disponível em:
<https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/47/1/ifla->

lrm-august-2017_rev201712-por.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

JANNUZZI, P. de M.; GRACIOSO, L. de S. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13566.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARTINS, C. J. B. N.; PRESSER, N. H. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/42226>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [Brasília, DF]: ONU Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, A. B. de O. E. O sistema de informações estatísticas no Brasil e as relações entre seus produtores e usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 62-69, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28556.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ZANOTTO, S. R. **Informação estatística oficial produzida pelo IBGE: apropriação pela comunidade científica brasileira no período 2001 a 2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia

e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30278/000777441.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CAPÍTULO 6

PRIMEIROS PASSOS RUMO A UMA INDEXAÇÃO COM FOCO NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: INSPIRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA FIOCRUZ

Adriano da Silva

Patrícia Carvalho Mendes

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de indexação está inserido em dois contextos complementares, o da atividade realizada pelo indexador e a capacidade tecnológica dos sistemas de recuperação da informação (SRI). A primeira está relacionada à capacidade sociocognitiva do bibliotecário para realização da atividade e que precisa ser padronizada por meio de normas, regras, padrões e procedimentos estabelecidos que visem como produto o mesmo padrão de qualidade do trabalho, mesmo que este seja executado por diferentes profissionais. A segunda, a capacidade tecnológica de recuperação da informação e dos elementos que constituem o sistema de informação.

De acordo com Fujita e Santos (2016), a indexação é processo integrante do tratamento temático da informação

cuja finalidade é extrair termos representativos do assunto de documentos (palavras-chave e/ou descritores de assunto) com o objetivo de representá-los com uso de linguagens específicas para o alcance da recuperação da informação. Embora seja um processo que envolve um criterioso trabalho intelectual por parte do indexador, observamos que a indexação de documentos não raras vezes é realizada de forma automática, sem um cuidado com as pautas sociais vigentes da época. O resultado deste processo é a (re)produção de formas de violências, como conceituado por Bourdieu (2002) simbólicas, a partir de linguagens documentárias, vocabulários controlados, e por fim, nos catálogos de bibliotecas e demais unidades de informação.

De acordo com Nações Unidas Brasil (2022), o quinto objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS 5) visa “[...] alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Faz parte deste objetivo a eliminação de todas as formas de discriminação contra este grupo, além de todas as formas de violência. Nos tempos atuais, é importante e urgente agregar à dimensão técnica da biblioteconomia um olhar crítico, que compreenda o valor social e político desta disciplina no apoio ao enfrentamento das vulnerabilidades que acometem grupos politicamente minoritários. Compreendemos assim o ODS 5 como uma oportunidade para planejamento e implementação de ações informacionais que demonstrem a aplicação de perspectivas inclusivas de representação e acesso à informação, que deem conta da diversidade humana. Não apenas, é importante que estas medidas façam parte do conjunto de ações para o

enfrentamento de discriminações e violências contra mulheres, meninas, mas também contra outros grupos como a população LGBTQIA+, considerando as interseccionalidades presentes nestas violências (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022).

O objetivo deste capítulo é construir uma reflexão sobre a importância da observação crítica acerca das escolhas e controle terminológico no âmbito do trabalho de indexação e manutenção de vocabulários controlados. O lócus deste trabalho se situa no esforço da Rede de bibliotecas da Fiocruz, traduzido nas atividades do grupo de trabalho ora denominado GT de indexação, que vem se empenhando a partir de ações que visam um controle terminológico de suas 20 bibliotecas, sob a luz dos avanços políticos das pautas de gênero e sexualidade.

No intuito de promover a discussão sobre o problema aqui tratado, traremos a seguir alguns pontos que inspiram a realização de um plano de ação ainda em curso, que almeja agregar ao trabalho de indexação nos catálogos das bibliotecas da Fiocruz, um olhar crítico pautado no enfrentamento das violências contra gênero e sexualidade.

2 A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA: CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE AÇÃO

As inspirações que motivaram a construção de um plano para a identificação de termos inadequados sob a ótica do enfrentamento das inequidades de gênero e sexualidade, parte de diferentes momentos e são consubstanciadas por algumas ações que serão destacadas.

A gênese que dá partida à observação aqui relatada, se encontra nas discussões oriundas da publicação do dossiê “Espaço temático: saúde e direitos da população trans”, no respeitado periódico Cadernos de Saúde Pública (CSP) (Monteiro; Brigeiro; Barbosa, 2019). Na ocasião, as palavras-chave sugeridas pelos autores dos artigos que integraram o dossiê foram substituídas por termos equivalentes dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Tal procedimento comum e executado por orientação editorial da publicação, resultou em um problema grave: os termos apresentados pelo DeCS (re)produziram perspectivas patologizantes, alvos de profundos debates na academia e militância. Como exemplo, termos como “Transexualidade” e “Travestilidade” foram respectivamente substituídos por “Transexualismo” e “Travestismo”, sendo o sufixo “ismo” denotador do sentido de patologia, e recorrentemente refutado por representantes dos movimentos LGBTQIA+ e pesquisadores da área (Braz *et al.*, 2019).

Em face das implicações ocorridas, foi produzida uma errata do dossiê e a ampliação da discussão por meio da publicação do texto “Palavras-chave e indexação científica: uma crítica da categorização das experiências Trans na área da Saúde”, na sessão Perspectivas do CSP (Braz *et al.*, 2019). O texto se somou a uma produtiva discussão realizada junto ao Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), criadora e mantenedora do DeCS. No texto, Braz *et al.* (2019) argumentam:

Os DeCS, como outros instrumentos no âmbito das ciências da saúde, têm um caráter dinâmico. Isso significa que seus indexadores sofrem

atualização periódica. Esse texto visa precisamente a contribuir para que a revisão e a inclusão de novas palavras-chave desse vocabulário de indexação científica acompanhem os debates acadêmicos e militantes acerca das políticas sexuais e de gênero. Em síntese, a discussão em torno dos indexadores aqui questionados está fundamentada em um problema que é simultaneamente de ordem linguística, simbólica e política. A definição e o emprego de termos técnicos no campo da saúde e áreas afins não podem ignorar os consensos sociais e acadêmicos sobre hierarquias e discriminação sexual e de gênero. Acadêmicos(as) das Ciências Sociais e da Saúde e profissionais das Ciências da Informação estão conscientes das possíveis implicações negativas das convenções e categorizações técnicas. No caso de populações historicamente marginalizadas por não se enquadrarem na heteronormatividade e na binaridade de gênero, a atenção ao uso dos termos deve ser parte dos princípios éticos que regem nossa prática profissional.

O caso relatado acima é expressivo, uma vez que um levantamento prévio feito pela rede de bibliotecas apontou a existência de um total de 281.687 termos entre autoridades e assuntos na base de indexação das bibliotecas da Fiocruz. No universo de onze bibliotecas respondentes, 90,9% utilizam o DeCS como base para a indexação de documentos.

Em outra situação mais recente ocorrida em 2022, caso semelhante ocorreu por ocasião da produção de uma revisão de escopo sobre saúde da população negra, no também estimado periódico Revista Ciência & Saúde Coletiva (RCSC)

(Batista *et al.*, 2022). De acordo com Braz *et al.* (2019), a busca por evidências científicas publicadas na literatura acadêmica, a partir de bases de dados e buscadores, tem seu início na seleção de termos descritores e palavras-chave. Assim, a inexistência de adequada, ou mesmo vaga, representação temática sobre grupos populacionais politicamente vulnerabilizados, reafirmam processos discriminatórios. A vagueza com a qual alguns termos presentes em vocabulários controlados como o DeCS são representados, impossibilitam em larga medida o fortalecimento de políticas públicas construídas com base nos rigores acadêmicos e científicos (Batista *et al.*, 2022; Cruz, 2021; Flanagin; Frey; Christiansen, 2021; Lopes, 2002; Ribeiro; Ferreira, 2012).

Safiya Noble, em sua importante obra “Algoritmos da opressão”, faz uma análise impactante sobre como mecanismos de busca contribuem para a (re)produção de opressões em diferentes níveis, desde buscadores como Google a bases de dados científicas e catálogos de bibliotecas. Noble (2021) destaca que os resultados recuperados a partir de buscas bibliográficas podem impossibilitar e/ou enviesar erroneamente o engajamento com a informação e o conhecimento, simplificando em demasiados fenômenos e sujeitos complexos.

Sistemas de classificação, portanto, são parte de uma abordagem científica para o entendimento de pessoas e sociedades, e carregam os vieses de autoridade daqueles que são capazes de propagar tais sistemas. [...]. Esse processo pode ser presenciado em estruturas organizacionais de conhecimento que tanto privilegiam quanto subordinam através de hierarquias de

informação tais quais catálogos e sistemas de classificação. O campo da biblioteconomia foi implicado na organização de povos e criticado por conta de práticas que perpetuam o poder e privilegiam alguns setores da sociedade com prejuízo de outros. Os sistemas de organização tradicionais da ciência da informação e da biblioteconomia, como a catalogação e a classificação de assuntos, são uma parte importante da compreensão do panorama de como as ciências da informação herdaram e perpetuam práticas enviesadas no design de sistemas atuais, especialmente na internet. (Noble, 2021, p. 238).

De acordo com Olson (1998, p. 233) “[...] o problema dos vieses na classificação pode ser correlacionado à natureza da classificação como construto social. Eles refletem os mesmos vieses da cultura que os cria”. A construção de uma leitura crítica de nossas ações profissionais, em detrimento da ausência de alteridade que por vezes acomete as nossas rotinas, envolve uma desafiadora mudança cultural que por sua vez pode ser vagarosa. Entretanto, somente deste modo é possível lograr êxito na construção de uma prática de indexação e classificação ideal para enfrentamento das desigualdades.

Importante salientar que a Bireme tem acolhido as mudanças solicitadas demonstrando respeito pelas solicitações de mudanças nos descritores, à despeito dos procedimentos técnicos implicados nesse tipo de solicitação que infelizmente não acompanham as urgências das demandas destas populações vulneráveis. Neste sentido é importante aplicar esforços na compreensão da natureza estrutural do

problema, e assim trazer à discussão outros atores (indivíduos e instituições) que fortaleçam estes sistemas de construção do conhecimento e suas representações, como organizações científicas, pesquisadores e em especial bibliotecários.

A integração de organizações públicas e privadas por meio de compromissos firmados em pleno diálogo com a sociedade, são imprescindíveis ao enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidade. Desta forma, em consonância com os ODS, a Fiocruz em seu IX Congresso Interno, aprova a tese 6, na qual afirma:

A Fiocruz contribui ativamente para a formulação de políticas públicas equitativas e democráticas, em consonância com a interseccionalidade e os direitos humanos, com base em evidências sobre as iniquidades e desigualdades em saúde, ciência e educação, considerando os processos de determinação socioambiental, econômica e cultural, a fim de enfrentar os componentes de adoecimento na atenção às populações vulnerabilizadas. Da mesma forma, organiza a distribuição de seus serviços, produtos e recursos de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, e fortalece ações intersetoriais e de gestão participativa, valorizando as dimensões de gênero, sexualidades, raça, etnia, diversidade funcional e outras, para o enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação e exclusão. (Fiocruz, 2021, p. 42).

Assim, considerando os compromissos institucionais firmados, somados aos exemplos mencionados, se faz mister que ações que visem melhorias dos sistemas de recuperação da informação (SRI) reafirmem o compromisso crítico em

conjunto com pautas direcionadas à mitigação de qualquer manifestação de preconceitos e/ou discriminações sociais.

3 A ATUAÇÃO DO GT DE INDEXAÇÃO

As questões relacionadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidades a partir da revisão de assuntos inseridos no catálogo da Rede de bibliotecas da Fiocruz ainda é incipiente e se encontra em fase de diagnóstico e criação de planos de ação. Compreendemos que qualquer ação sustentável e estruturante deve ser pensada ainda na fase germinal de planejamento, e a construção da Política de indexação de acervos bibliográficos da Fiocruz, atualmente em curso, configura momento ideal para isso. A preocupação com o controle e melhorias dos catálogos de autoridades e assuntos das bibliotecas da Fiocruz ganha fôlego a partir de ações que antecedem a própria formação de um GT de indexação, as quais descreveremos a seguir.

Em 2016 foi firmada pela direção do Icict/Fiocruz a compra do Software de gerenciamento de bibliotecas Aleph, visando a integração tecnológica das bibliotecas que compõem a Rede. Esta ação possibilitou a construção do Catálogo Mourisco, que disponibiliza na internet os catálogos de todas as bibliotecas, e que em conjunto com o Arca (Repositório institucional da Fiocruz), divulgam para toda a sociedade os itens disponíveis nas bibliotecas, assim como a produção científica dos pesquisadores da Fiocruz.

Em 2018, as Bibliotecas da Fiocruz em sua totalidade migram para o Aleph e passaram então a desenvolver suas

atividades de processamento técnico do acervo, em rede. As atividades eram em sua maioria realizadas de forma independente e cada biblioteca seguia suas próprias diretrizes. A partir da migração, identificamos a necessidade de padronizar nossos processos incluindo as atividades que envolvem a catalogação e a indexação. Em 2019 foi finalizado o processo de migração dos acervos das bibliotecas formando assim uma base única, comum a todas as bibliotecas.

Identificamos assim um universo amplo e multidisciplinar que necessita de diretrizes que preconizem as especificidades de áreas temáticas de cada biblioteca e concomitantemente, proporcionem a cooperação em rede. Diante dos desafios de criação destas diretrizes, identificou-se a necessidade de criação de um grupo formado por representantes das bibliotecas, que se debruce sobre as questões gerais e específicas relacionadas ao trabalho de indexação. Assim, o GT de indexação tem seu início em 2020 objetivando a construção de uma Política de indexação, um documento que viabilize a padronização e otimização das atividades de indexação e gestão dos vocabulários controlados das bibliotecas. Espera-se que a política também promova a cooperação no trabalho entre os integrantes da Rede de bibliotecas, e que isso resulte em um aprimoramento da experiência de recuperação da informação relevantes pelos usuários das bibliotecas.

O Grupo se reúne periodicamente a fim de realizar diagnósticos e planos para resolução dos principais problemas identificados. Como exemplo dos desafios experienciados até o momento, identificou-se a necessidade de intensificação no

saneamento da base de autoridades e assuntos, nas quais constam uma seara de erros como grafias incorretas, falta de padronização entre as entradas de autoridades, e termos defasados ou politicamente incorretos, ponto central discutido no presente texto. Deste modo, urge a necessidade de estabelecimento de padrões mínimos que subsidiem o trabalho descentralizado de cada biblioteca. Para resolução destes problemas, foi proposta a elaboração de um formulário a ser preenchido pelos bibliotecários para levantamento de informações referentes aos acervos e sobre as práticas de trabalho de indexação. O resultado preliminar nos permitiu identificar o DeCS como principal base para indexação dos itens, conforme problematizado anteriormente.

Compreendemos que a política deve existir com o propósito de colaborar para que o objetivo de oferecer a informação desejada ao usuário seja atingido (Rubi, 2008). Assim, o desafio de elaborar a Política de Indexação dos acervos bibliográficos das bibliotecas da Rede de bibliotecas Fiocruz deve observar:

a) características e objetivos da organização: Instituição de ensino e pesquisa na área da Saúde;

b) identificação dos usuários: trabalhadores da Fiocruz, trabalhadores do SUS e alunos dos programas de pós-graduação e o cidadão.

c) identificação de recursos humanos (bibliotecários alocados nas bibliotecas), materiais (suporte material, manuais, sistemas, manutenção) e recursos financeiros, que sustentam o funcionamento de um sistema de recuperação de informação.

Conforme exposto, o grupo tem baseado as suas ações nas diretrizes e compromissos institucionais, alinhados nas teses aprovadas nos congressos internos da Fiocruz e demais políticas internas. Deste modo, cabe acrescentar que o GT segue alinhado também ao Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, cuja missão é fomentar reflexões, discussões e articulação de ações de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais e de gênero. Entre os objetivos do Comitê, dois se destacam e iluminam as ações do GT, sendo estes, “[...] dar visibilidade à produção científica de autores, considerando a diversidade étnico-racial e de gênero do Icict e da Fiocruz” e “[...] implementação de uma comunicação inclusiva, alinhada com a equidade étnico-racial e de gênero e valorizando a diversidade” (Fiocruz, 2023).

4 FUTURO DO TRABALHO

Conforme mencionado anteriormente, as ações de revisão crítica e ajuste do catálogo de assuntos das bibliotecas da Fiocruz, em coerência com os avanços políticos e acadêmicos das questões de gênero e sexualidade, ainda estão em fase inicial e conectadas com o início da construção da Política de Indexação. Essa segue em curso, apoiada no trabalho árduo do GT de indexação, e os próximos passos incluem a revisão terminológica destes catálogos, de modo a se realizar um diagnóstico preciso sobre as alterações necessárias, assim como o fomento a uma cultura de indexação sensível aos avanços das questões de gênero e sexualidade.

Como o grupo de indexadores que atuam na Rede de

bibliotecas da Fiocruz é bastante plural com atuação descentralizada, entendemos que este fomento deverá ser traduzido na criação de procedimentos que conectem de maneira pedagógica os avanços do campo de gênero e sexualidade aos processos técnicos realizados. Isso poderá se dar a partir de oficinas, treinamentos recorrentes para os profissionais, diálogo com especialistas nas temáticas, ações conjuntas com os organismos que administram os vocabulários controlados (ex. Bireme), e melhorias na comunicação entre os serviços de referência e setor de catalogação/indexação.

Diante da incipiência do trabalho, entendemos que há muitas possibilidades de atuação, sob as quais estamos em pleno trabalho de estudos para construção de um planejamento adequado. Todavia, para que logremos sucesso nesta ação, é necessário que todas(os) profissionais das bibliotecas também estejam em sintonia com as diretrizes institucionais e detendo informações básicas sobre as pautas de equidade de gênero e sexualidade e valorização da diversidade. Trata-se de uma tarefa árdua uma vez que há distintas compreensões acerca das questões que envolvem a superação destas desigualdades.

Conforme avança o trabalho do GT de indexação no cumprimento de seus objetivos materializados na construção da Política de indexação, espera-se que a dimensão técnica das atividades seja realizada sob à luz dos avanços sociais, que objetivem superação das inequidades de gênero e sexualidade, promovendo a valorização da diversidade. As violências e desigualdades contra grupos vulnerabilizados devem ter subtraídos os seus lugares na sociedade, e os

instrumentos para isso devem ser notados inclusive nos recursos informacionais.

Por fim, um ponto digno de nota é a urgência a que direcionamos ao campo da biblioteconomia, que necessita de atualização de suas ferramentas e métodos, visando o enfrentamento de problemas sociais urgentes. Desejamos que o presente trabalho seja parte deste esforço.

REFERÊNCIAS

BATISTA, L. E. *et al.* Produção científica brasileira sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3849-3860, out. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/f5t9bY35ZxwRpLz9c7RTMpc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAZ, C. *et al.* Palavras-chave e indexação científica: crítica da categorização das experiências trans na área da saúde.

Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 10, p. 1-3, out. 2019. Disponível em:

<https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7116>. Acesso em: 14 ago. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, P.H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRUZ, K. M. Estratégia para reconhecimento de bancos

bibliográficos: considerações a partir de uma pesquisa em ciência política. *In*: SAMPAIO, R. C. *et al.* (org.). **Ciência Política**: o campo em discussão. Curitiba: Massimo Editorial, 2021. p. 37-61.

FIOCRUZ. Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz. **Política de equidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023. Disponível em: <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/31f2d7d7-7d9b-43ac-9ee0-c551a9c85b36/content>. Acesso em: 23 set. 2023.

FIOCRUZ. Congresso Interno, 9., 2021, Rio de Janeiro. **Relatório Final**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FLANAGIN, A.; FREY, T. CHRISTIANSEN, S. L. Updated Guidance on the Reporting of Race and Ethnicity in Medical and Science Journals. **JAMA**, [Chicago], v. 326, n. 7, p. 621-627, 2021.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016.

LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/WhYch5gHnWYPCPY3NPwbkcr/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MONTEIRO, S; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, p. e00047119, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 5: Igualdade de gênero**. [Brasília, DF]: ONU Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 17 ago. 2022.

NOBLE, S. U. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

OSLON, H. A. Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for' Marginalized Knowledge Domains. **Library Trends**, Baltimore, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/8169>. Acesso em: 24 out. 2025.

RIBEIRO, T. V. C.; FERREIRA, L. B. Description of color/race in Brazilian biomedical research. **São Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 130, n. 2, p. 115-118, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spmj/a/bsvRnJHXJhdtMBTgDBp4s6L/?lang=en#>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RUBI, M.P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Adriano da Silva

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fundação Oswaldo Cruz), Mestre em Informação e Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atua como Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz. São temas de seu interesse: violências de gênero e sexualidade, e violências digitais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5156157303112848>

Contato: adrianoclavesfiocruz@gmail.com

Ana Lucia Ferreira Gonçalves

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharela em Letras pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Bacharela em Biblioteconomia também pela Unirio. Atua como bibliotecária documentalista no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ). São temas de seu interesse: Biblioteca Escolar, Ensino Fundamental e Contação de História.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4538693605832396>

Contato: analucia2108@gmail.com

Catarina Felix dos Santos Soares

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São temas de seu interesse: Representação da Informação e do Conhecimento, Comunicação Científica, Tecnologia de Informação e Gestão do Conhecimento.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1125081391806315>

Contato: cathifelix@gmail.com

Gerlaine da Rocha Braga

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Bacharela em Biblioteconomia também pela Unirio. Atua como Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São temas de seu interesse: Representação Descritiva, Catálogos, Ensino de Catalogação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6664063881732242>

Contato: gerlaine.rocha@gmail.com

Keyla Rosa de Faria

Doutora em Comunicação, Mídia e Informação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestra em Comunicação, Mídia e Cultura também pela UFG, Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Especialista em Educação Especial e Inclusiva com ênfase em Atendimento Educacional Especial pela Faculdade do Vale (SP), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (RJ), Licenciada em História pelo Instituto

Brasil de Ensino e Consultoria (MG) e Bacharela em Biblioteconomia também pela UFG. Atua como Diretora na Biblioteca da Associação Down de Goiás (AsDown-GO). São temas de seu interesse: Biblioteca Pública, Biblioteca Comunitária, Biblioteca Inclusiva, Ensino de História, História Oral.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7158171346842465>

Contato: keylادefaria@gmail.com

Leni Rodriguez Perez Fulco

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Santa Úrsula (USU). Atua como bibliotecária na Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ).

Contato: rodriguez.leni@gmail.com

Marcio Gonçalves

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Gestão de Negócios em Instituições de Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), Especialista em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Bacharel em Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Atua como docente nas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). São temas de seu interesse: Comunicação Digital Estratégica, Educação Midiática e Letramento Digital.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1252408210486870>

Contato: marciog.goncalves@gmail.com

Nadia Bernuci dos Santos

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Mestra pela mesma instituição e Bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua como Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contato: nadiabernuci@yahoo.com.br

Naira Christofolletti Silveira

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e Bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua como Coordenadora-Geral do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional, cedida pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). São temas de seu interesse: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, Representação Descritiva, Normalização Documentária, Currículo Lattes, Ensino em Biblioteconomia, Incentivo à Leitura e Gestão de Dados de Pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3661612581538948>

Contato: naira.silveira@unirio.br

Patrícia Carvalho Mendes

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz

(Fiocruz), Especialista em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharela em Biblioteconomia pela Unirio. Atua como Bibliotecária na Fiocruz. São temas de seu interesse: Preservação e Memória, Gestão da informação e Informação em Saúde.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8946198762015550>

Contato: patricia.mendes@fiocruz.br

Suely Henrique de Aquino Gomes

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Professora titular aposentada.

Contato: suelygomes@ufg.br

Tatyanne Christina Gonçalves Ferreira Valdez

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Especialista em Formação de Leitores pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá, e Bacharela em Biblioteconomia também pela Unirio. Atua como bibliotecária no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ). São temas de seu interesse: Artes Cênicas e Contação de Histórias.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1142387060124269>

Contato: tatyanne83@gmail.com

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS

Alberto Calil Elias Junior

Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como docente e pesquisador na Unirio. São temas de seu interesse: Fontes de Informação, Mediação, Letramento Informacional e Midiático e Biblioteconomia Pública.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1142387060124269>

Contato: caliljr@unirio.br

Marianna Zattar

Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Especialista em Inteligência Competitiva e Gestão Estratégica da Informação pelo SENAC-RJ e Bacharela em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atua como docente e pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e como pesquisadora no Instituto de Comunicação e Informação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). São temas de seu interesse: Competência em Informação e Prática Informacional.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9001696745454196>

Contato: mzattar@facc.ufrj.br

Nysia Oliveira de Sá

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em

Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Bacharela em Biblioteconomia também pela Unirio. Atua como docente e pesquisadora na UFRJ. São temas de seu interesse: Bibliotecas Universitárias, Serviço de Referência, Recursos Informativos, Repositórios Institucionais, Recursos Educacionais Abertos e Competência em Informação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2756978802063379>

Contato: nysia@facc.ufrj.br



A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi uma iniciativa dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento dos diversos desafios planetários, de modo a diminuir as desigualdades entre os diferentes países, bem como na melhora da qualidade de vida em todo o globo.

Nessa perspectiva, busca-se trazer ao público leitor uma obra que busca apresentar a realidade concreta das ações das pessoas bibliotecárias, de bibliotecas e de unidades de informação, que cotidianamente convivem com muitas das questões apresentadas na Agenda 2030. Assim, os textos reunidos nesta coletânea exploram temáticas associadas às bibliotecas e que ao mesmo tempo atravessam alguns ODS tais como o ODS 4 - Educação de Qualidade - e o ODS 5 - Igualdade de gênero.

Por fim, propõe-se colocar algumas lentes nas práticas biblioteconômicas e informacionais, com vistas a apontar diálogos entre as propostas da Agenda 2030 e o acesso justo e solidário às fontes de informação, na luta por justiça social.

ISBN: 978-65-86228-15-1